

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 20-12-2021.

---

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte e cinco minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Foi apregoado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 070/21 (Processo nº 1233/21). Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim e Lourdes Sprenger, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 011/21 (Processo nº 0059/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Lourdes Sprenger, solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoado o Ofício nº 3410/21, do Prefeito, encaminhando a Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/19 (Processo nº 0230/19). Foi aprovada alteração no teor da Emenda nº 371 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 038/21 (Processo nº 1029/21). Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 050/21 (Processo nº 1266/21), por VINTE E DOIS VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21 (Processo nº 1144/21), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Cassiá Carpes, Bruna Rodrigues, Roberto Robaina, Leonel Radde, Jonas Reis, Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Airto Ferronato, Daiana Santos, Pedro Ruas, Laura Sito, Matheus Gomes e Karen Santos. Foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 08, 09, 10 e 11 apostas ao Projeto de Lei

Complementar do Executivo nº 029/21. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Resolução nº 070/21, e foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por QUINZE VOTOS SIM e DEZENOVE VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Roberto Robaina e Bruna Rodrigues, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por QUINZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, Aldacir Oliboni e Roberto Robaina, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por DOZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis e Aldacir Oliboni, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por TREZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo,

Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 13 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por QUATORZE VOTOS SIM e VINTE VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni e Jonas Reis, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. O Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21 foi encaminhado à votação por Pedro Ruas, Cláudia Araújo, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Moisés Barboza e Claudio Janta. Foi rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por OITO VOTOS SIM, DEZESSETE VOTOS NÃO e SETE ABSTENÇÕES, tendo votado sim Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro e Mauro Zacher, votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e optado pela abstenção Aldacir Oliboni, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por QUATORZE VOTOS SIM e VINTE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e DOZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Às dezoito horas e vinte e oito minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de dezembro do corrente. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins

Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCO BINS ELY (PDT):** Muito boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Vamos dar início à nossa 31ª Sessão Extraordinária. Conforme acordo na reunião de líderes, estamos com 24 projetos prioritizados na Ordem do Dia.

Gostaríamos de agradecer e cumprimentar as presenças dos secretários Mendes Ribeiro e Cassio Trogildo, bem como a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre, que acompanham os trabalhos da nossa sessão desta tarde.

De imediato convido o nosso diretor Luiz Afonso para proceder à verificação de quórum, para ingressarmos direto na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, trinta Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCO BINS ELY (PDT) – às 14h25min:** Havendo quórum, passamos à

#### **ORDEM DO DIA**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 070/21.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, à Emenda nº 01 ao PLL nº 011/21.

**PRESIDENTE MÁRCO BINS ELY (PDT):** Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 011/21, à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o Ofício nº 3410/GP, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, encaminhando Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 004/19.

Considerando acordo entre liderança do governo e demais lideranças, vamos submeter ao plenário a alteração no teor da Emenda nº 371 ao PLE nº 038/21, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, que trata da LOA/2022, em razão da necessidade seccional de fazer a alocação desses recursos.

**PRESIDENTE MÁRCO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de alteração do teor da Emenda nº 371 ao PLE nº 038/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores

que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Jonas Reis.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Informamos ainda que o documento SEI nº 0314876, referente à alteração na destinação de recursos da Emenda nº 462, mediante acordo de lideranças, constou por equívoco nos autos do PLE nº 038/21, tendo sido substituído pelo documento SEI nº 0319112, que refere corretamente a alteração aprovada em plenário por ocasião da aprovação do projeto da LOA/2022.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Só registrar, Presidente, que eu me abstive. Tem que ler no *chat* possíveis abstenções, por gentileza. Eu estou *on-line*, acho que há mais vereadores e vereadoras que também estão, então o *chat* deve ser acompanhado. Obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, é só o seu registro vereador. Está registrada a abstenção do Ver. Jonas Reis.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1266/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 050/21**, que altera o Anexo II da Lei nº 12.884, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022. (SEI 118.00335/2021-34)

#### **Parecer:**

- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 20-12-21.

**PRESIDENTE MÁRCO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLE n° 050/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLE n° 050/21. (Pausa.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Sr. Presidente, para facilitar, isso é só um ajuste na LDO; interessa para o Município e para os munícipes também.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 22 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCO BINS ELY (PDT):** **APROVADO** o PLE n° 050/21.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE n° 029/21, e que o PLL n° 011/21 seja discutido e votado logo após a discussão e votação do PLL n° 203/21. Após retornaremos à ordem normal.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Sr. Presidente, só para complementar o que a nobre Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está trazendo. O ex-vereador e secretário de governança Cassio Trogildo está aqui, e o Ver. Idenir Cecchim e a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia pediram que, após a votação do primeiro projeto na ordem de priorização de votação, seja discutido e votado o PLCE n° 029/21, dos agentes comunitários, e nós damos acordo. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. N° 1144/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO N° 029/21**, que autoriza o Município a manter 351 (trezentos e cinquenta e um) empregos públicos de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Estratégia de Saúde da Família e 81 (oitenta e um) empregos públicos de Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), instituídos pela Lei n° 11.062, de 6 de abril de 2011, transferindo seus ocupantes para Quadro Celetista em Extinção da Administração Direta. **(SEI 118.00319/2021-41)**

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Paulo Schuster: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- com Emenda nº 07, da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo (líder da Bancada do PSD);
- com Emendas nºs 08, 09, 10 e 11 dos Vers. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT), Roberto Robaina, Jonas Reis e Leonel Radde e das Ver<sup>as</sup> Bruna Rodrigues e Laura Sito;
- com Emenda nº 12, do Ver. Airto Ferronato (líder da Bancada do PSB);
- retiradas as Emendas nºs 01 a 06;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLCE nº 029/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; de modo especial, a todos os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, bem-vindos à Casa do Povo, que deveria ser casa do povo e esperamos que seja. Bem-vindos. Pois, então, é uma longa história que nos indigna desde a concepção da extinção do IMESF, mas, infelizmente, o governo anterior e este governo também, ao longo deste ano, foi uma coisa muito clara e precisa para nós: uma perseguição ao serviço público, aos trabalhadores da saúde. Primeiramente, foi em relação à questão da vacina, a questão da precaução, uma obviedade, enquanto a comunidade científica indicava as recomendações da Organização Mundial de Saúde e da comunidade científica, muitos governos apresentaram uma posição negacionista, não querendo comprar vacina e não dando a vacina aos serviços essenciais. Infelizmente, mais de 600 mil pessoas morreram no nosso País, não foi diferente o número tão vultoso que aconteceu no Rio Grande do Sul e também em Porto Alegre, e muitos deles eram trabalhadores da Saúde, muitos deles foram os primeiros a estarem na linha de frente, pergunto: qual o prêmio que ganharam? A continuidade do governo anterior, sendo, neste governo, demitido. Olhem que injustiça! Nem mesmo os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias até então foram absorvidos, Ver. Roberto Robaina, só estão sendo absorvidos parte deles, por pressão desta Casa, parte desta Casa, dos vereadores da oposição, porque só queriam admitir os que estão garantidos pela Emenda 51. O governo tirou um número, 351, eu não sei de onde, e fez o cálculo de que alguns postos de saúde, dito agora pelo próprio secretário, irão ter dois agentes comunitários, e outros, um. Baseado em que dado, se nós sabemos que, a cada 750 pessoas atendidas na Unidade de Saúde, tem que ter um agente comunitário de saúde. Isso até o governo Marchezan que, depois, acabou extinguindo o IMESF, uma equipe do Programa Saúde da Família ou do IMESF tinha

um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem, quatro agentes comunitário de saúde e um agente de endemias, agora o governo diz que não é mais obrigado ter quatro agentes comunitário de saúde, vamos ter um ou dois e vamos demitir os outros. Fora os demais que fizeram concurso público no ano passado. O governo vem com os números tão equivocados que, em função disso, nós apresentamos várias emendas para dar garantia a todos os agentes comunitários de saúde no momento e para absorvê-los, porque, logo ali na frente, o próprio governo tem que admitir mais pessoas, sejam concursados ou não. Mas não, com a ideia da terceirização, Ver. Airto Ferronato, eles querem entregar o Programa Saúde da Família para iniciativa privada e com isso vem a precarização, demitindo os agentes comunitários de saúde. Qual é o vínculo que vai ter com as comunidades, se eles estão tirando as pessoas que mantém o veículo, que sabe onde mora o João, que sabe onde mora a Maria, o Pedro e sabe que ele é hipertenso e que precisa de tal medicamento. O governo não tem, como prioridade, a qualidade do serviço, para eles tanto faz se trabalharam na área ou não. É isso que nos indigna, é isso que nos deixa revoltado, conforme os próprios agentes aqui relataram, enquanto alguns estão aqui, já as chefes do posto de saúde estão demitindo. Acabaram de demitir servidores que estão aqui acompanhando a sessão, por quê? Porque não estão garantidos pela Emenda 51 ou porque vieram aqui no local, onde eles têm o direito de estarem para poderem reivindicar o que é mais sagrado: o direito ao emprego, mas o direito, acima de tudo, a atender as pessoas que precisam de um atendimento médico. Este governo é igual aos demais, negacionista como foi Bolsonaro, negacionista como foi o próprio prefeito quando continua demitindo os servidores da saúde e, infelizmente, não tem um olhar diferenciado para poder atender ao menos algo do que nós sinalizamos, a absorção daqueles que estão trabalhando. Agora estamos discutindo o projeto e logo em seguida, Presidente, para concluir, vamos discutir emenda por emenda para poder explicar o quanto é importante a manutenção do serviço que é financiado pelo governo federal em 95% do recurso. Não há por que demitir, pelo contrário, temos que ampliar. Por isso estamos com vocês na luta até o fim.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadoras e vereadores; público que nos acompanha nas galerias, pela nossa TVCâmara, pela nossa rádio e pelas plataformas da Internet. Aqui nesta Casa, a maioria dos vereadores, na Legislatura passada principalmente, não é contra, pelo contrário, é defensora do IMESF, é defensora do Programa Saúde da Família, o que falta falar aqui na tribuna é quem causou tudo isso. É muito bacana vir para cá e dar discurso evasivo, dizer que “somos a favor”, mas quem causou o desemprego das senhoras e dos senhores? Quem causou foi quem falou antes de mim aqui, quem causou foi o PT, foram os sindicatos que foram na justiça dizendo que o IMESF não podia fazer a gestão

do Programa de Saúde da Família e insistem em dizer que as senhoras têm que fazer um concurso público e vai levar quantos anos para serem chamadas? Não falam quem causou, de fato, a demissão, quem levou o caso ao Supremo Tribunal Federal que determinou que fosse feito o que foi feito. Aí não falam, e vem para cá dar discurso. Dar discurso é fácil, e as pessoas que têm carimbo partidário, comprar esse discurso, fica mais fácil ainda. Quantos são os funcionários do IMESF? Quantos militantes nos acompanham aqui hoje? Porque são militantes, não reconhecer a verdade de quem causou o fato é militância, não reconhecer a verdade de quem entrou na justiça contra o Município de Porto Alegre é não reconhecer que errou. Fica bonito chegar aqui e dizer: “em 1990, 1998, 2000, nós erramos quando entramos na justiça, nós erramos, nós não imaginávamos que lá na frente o Supremo Tribunal Federal ia mandar demitir todo mundo”. Aí fazem uma ladainha, mistura vacina. Porto Alegre foi a cidade que mais vacinou, e aí diz que não vacinou?! Não estou entendendo isso, a cidade que mais vacinou deve ter sido São Leopoldo, cidade administrada pelo partido do Ver. Oliboni, deve ter sido a que mais vacinou até hoje. Mas quem causou isso, quem entrou com ação na justiça, dizendo que o IMESF não podia existir não foi esta Casa, não foi nenhuma bancada, quer dizer, há exceções, mas não foi a grande maioria dos trabalhadores, não foi a grande maioria dos vereadores. Os mesmos que devem ter pedido para entrar com ação estão aqui hoje dizendo que... Nós não temos culpa de nada, nós estamos simplesmente votando um projeto que vai garantir o emprego das senhoras e dos senhores, que nem fizemos lá atrás. Agora, querem trabalhar ou querem ser servidor público? Aí, é outra questão que nós temos que discutir. Quer trabalhar ou quer ser servidor público? Quer ir lá visitar as famílias ou quer pedir transferência para outro órgão? Que ir lá fazer o seu trabalho ou quer pedir transferência para alguma bancada? É isso que nós temos que discutir. Agora, nós queremos garantir o Programa de Saúde da Família para a população de Porto Alegre, e não fomos nós, não foi o Solidariedade que causou isso, não foram as demais bancadas, quem causou isso foi o partido que vocês estão aqui a apoiar e a ovacionar, quem causou isso foi PT, foi o Partido dos Trabalhadores que achava que o IMESF não poderia existir. E aí não fazem autocrítica, não chega aqui e começa a dizer a verdade: “nós que entramos na justiça contra o IMESF, na tarde de hoje vamos votar um projeto que ameniza um pouco a questão do IMESF”. Então, eu quero dizer que o governo encaminha este projeto, eu quero dizer que grande parte da Câmara de Vereadores irá votar neste projeto que beneficia a população de Porto Alegre através do Programa de Saúde da Família, beneficia as pessoas. Entraram na justiça para retirar esse programa que muito ajuda a população de Porto Alegre, aqui é bem dito, são pessoas que têm contato com a população, têm contato com as famílias, conhecem histórico das famílias, conhecem o histórico das pessoas que trabalham nos bairros. E as senhoras e os senhores, em vez de estar aqui ofendendo vereador, deviam estar trabalhando no Programa de Saúde da Família para o qual vocês foram contratados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador Jonas, V. Ex. vai fazer uma questão de ordem?

**Vereador Jonas Reis (PT):** Sim, uma questão de ordem, Presidente. O Ver. Janta sobe à tribuna - estava tudo tranquilo - provocando mães de família que estão perdendo o emprego. A tribuna não é para provocar o público, nós temos que acolher o público que vem nos assistir e acompanhar as votações. Esse tipo de coisa não agrega no final de ano. Elas estão perdendo emprego perto do Natal, e um vereador sobe à tribuna para provocar e contar bravata, inverdades. Mais sensibilidade, Ver. Janta, sensibilidade.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente; senhoras vereadoras, senhores vereadores. Eu vejo que, às vezes, alguns vereadores da oposição falam mais alto, eles querem gritar, mas, na realidade, esse IMESF morreu porque a própria esquerda radical terminou, entraram no Supremo, foram até o Supremo para terminar com o IMESF. Agora o prefeito está dando oportunidade para 351 na Estratégia de Saúde da Família, que eu considero um bom projeto. Mas não foi o prefeito que terminou com o IMESF. Agora, se vocês não querem aceitar, podem não aceitar, mas essa é a realidade. E quem sabe vocês possam ser chamados, se tem condições, vai ser chamado. Eu acredito que o prefeito busca um projeto de amenizar a situação, porque ele não podia, jamais, contratar todo aquele potencial que existia, e aqui se nota claramente que o prefeito Melo não era contra, mas ele foi submetido às circunstâncias de que o Supremo, provocado pela esquerda, praticamente, terminou com o IMESF. Essa é a realidade, o Ver. Janta não falou nenhuma inverdade aqui. O Ver. Janta falou a verdade, mas a verdade muitas vezes dói. É aquela história da *mea-culpa*, ninguém da esquerda quer fazer o *mea-culpa*, quando fizerem o *mea-culpa* vão ver que erraram também, acertaram também, mas é bom os erros ficarem claros para a gente saber o que aconteceu. Então eu acho este projeto muito bom, agora vem numa circunstância de desemprego, vem recolocar novamente 351 pessoas. O Prefeito está sendo coerente, e, se o IMESF ficasse, ele poderia até ocupar mais, mas é uma circunstância, conforme a Emenda nº 51. Então acredito que a Casa vai aprovar. Acho que todo mundo tem direito de falar, mas essa é a circunstância, meu amigo, Oliboni. Eu sinto que o Oliboni, quando ele grita muito, está escondendo alguma coisa; ele não é de gritar, ele é tranquilo, o Oliboni é tranquilo, não fica gritando, mas ele quer impressionar vocês, tem eleição ano que vem, ele quer impressionar. O Oliboni é gente boa, mas eu conheço o perfil dele, já estamos juntos há muito tempo.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Não adianta gritar, vocês não vão assustar, aqui são tudo homens e mulheres maduros, experientes, com respaldo do voto do povo, aqui, no grito, não vai. Então quero dizer, Presidente, que este projeto é muito bom, nós vamos aprovar porque a maioria é consciente aqui. Para vocês que não vêm seguido aqui, na semana passada, aprovamos um projeto da oposição, por unanimidade. Não estamos aqui para estar contra esse ou a favor daquele, não, o que é bom para a cidade, nós vamos votar.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Guarda a carteirinha para não perder, se perder, depois tu não podes entrar lá, não pode conseguir o emprego. Guarda o documento aí. Então, nesse aspecto, vamos votar a favor, Presidente, porque o projeto é muito bom, dentro de uma circunstância que eles mesmo terminaram com o IMESF e agora querem botar a culpa no prefeito Melo e na Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** De fato, Ver. Cassiá, eu sou vereadora de primeiro mandato, mas há bastante tempo acompanho esta Casa. Boa tarde, Presidente, colegas, quem nos acompanha pela TVCâmara. Venho a esta tribuna para me solidarizar com esses trabalhadores e trabalhadoras que hoje se manifestam aqui de forma legítima, por defender o seu cotidiano, o seu emprego e as suas comunidades também. Eu tenho muita convicção, conheço muitos agentes comunitários de saúde, muitos médicos dos programas de Estratégia de Saúde da Família e tenho muito respeito, viu Aninha. Eu nasci e me criei lá na Vila Cruzeiro e a minha vida toda fui atendida no posto de saúde. Lembro-me, Presidente, Ver. Cecchim, que também presidirá no próximo ano, que quando era pequena, ia às quatro horas da madrugada para a fila do posto de saúde para tentar uma vaga de pediatra, acompanhada pela minha mãe, aquelas longas filas... Quem mora nas comunidades sabe o que simbolizava ir às quatro horas da madrugada para a fila do posto de saúde para conseguir uma vaga de pediatra, muitas vezes nem conseguia, ficava na fila e no outro dia tinha que retornar. Sabemos o impacto que o IMESF teve no nosso cotidiano, pela primeira vez, com sua implementação, em 2011, nós tivemos outra relação com a saúde, uma relação que faz com que mulheres, como a minha mãe, possam agendar, Ver. Ruas, as suas consultas, porque Agentes Comunitários de Saúde vivem o cotidiano da comunidade, não trabalham só em horário do expediente porque a gente se encontra, a gente se cruza, e tenho muitas amigas que até para ir no mercado tem dificuldade, porque, quando vai, a comunidade mantém a mesma relação que tem no posto de saúde. Eu acho que é fundamental hoje vir a esta tribuna se manifestar e agradecer vocês pelo atendimento,

agradecer vocês pela resistência, inclusive pela presença aqui na Câmara de Vereadores, porque, se esta Casa fosse a Casa do Povo, a relação com vocês seria de outra forma, vocês não seriam “os problemas” e, sim, parte de uma solução. Nós hoje, 2020, dez anos depois da implementação do IMESF, temos uma cidade com altas taxas de desemprego, nós vivemos uma cidade que vive os duros dias de uma crise sanitária, econômica e social, e nós entendemos que é fundamental garantir a permanência de vocês nesse sistema, porque nós vamos falar do que é o pós-covid, do que é o pós-pandemia. A pandemia ainda não acabou, e nós sabemos que o dia a dia dos nossos postos de saúde não estão fáceis com esse processo de terceirização, nós sabemos o impacto que tem de retirar um trabalhador, uma trabalhadora da saúde, que conhece, que tem relação com as famílias. Então por isso eu venho a esta tribuna, mais uma vez, agradecer vocês pela dedicação, pelo atendimento ao longo de toda essa jornada que vocês têm e tiveram aqui em Porto Alegre, e quero aqui fazer um apelo ao Executivo municipal para que esses trabalhadores, essas trabalhadoras... Enquanto este projeto corre aqui, há um desrespeito também, porque, quando vocês seguem sendo demitidos, este projeto deixa de ter um impacto necessário, porque as demissões deveriam ser congeladas até que se pudesse discutir com afinco este projeto. Então o repúdio total da nossa bancada, da bancada do PCdoB às demissões que vêm acontecendo. Eu tenho recebido inúmeras mensagens pelas redes, pelo WhatsApp, por todas as formas, de encontro inclusive com os trabalhadores, mas também venho dizer que o Executivo municipal é responsável pela saúde em Porto Alegre, mas também responsável pelo trabalho de vocês, afinal de contas, vocês fizeram um concurso, afinal de contas, se alguém errou, foi o Executivo municipal que contava com a presença do prefeito naquela época. Então a responsabilidade aqui deve ser da gestão, um Executivo que erra precisa reconhecer os seus erros e precisa arcar com as suas consequências, e as consequências acima de tudo não podem ser das nossas comunidades. Então, nossa solidariedade, contem com o nosso apoio.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Roberto Robaina, está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, vereadores, vereadoras; trabalhadores do IMESF; trabalhadores da Saúde. Eu acho que hoje é um dia triste porque, na verdade, o projeto do governo é um projeto que consuma, que legitima a demissão de cerca de 200 trabalhadores e trabalhadoras. Esse é o conteúdo real desse projeto. É evidente que nós estamos falando da criação de 351 cargos em extinção, portanto nós estamos falando da manutenção no emprego de 351 agentes, sejam eles de endemias ou de saúde, mas nós estamos falando, na medida em que se incorporam apenas 351, da demissão de mais de 200. E eu creio que isso é um motivo

de tristeza, quando em tese, para a política pública, a saúde deveria ser prioridade. Nós sabemos que não tem sido assim, e a gente tem, Infelizmente, que escutar intervenções absolutamente desrespeitosas com os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, embora tenha que ter a paciência de escutar essas intervenções, eu tenho uma consciência muito tranquila de que os supostos argumentos desses vereadores que defendem o governo em qualquer circunstância não têm nenhuma possibilidade de confundir nenhum trabalhador sequer, porque se tem algo que ocorreu, nesses mais de dois anos de tormento contra os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde, é um profundo aprendizado, entre os trabalhadores, de quem é quem na política de Porto Alegre. Se algo ocorreu, foi um desenvolvimento muito claro da consciência por parte desses trabalhadores. Esses trabalhadores têm muita clareza de quem são seus inimigos, muita clareza. E vocês, vereadores e vereadoras, podem ter certeza, eles vão usar essa clareza no dia a dia, na relação com a comunidade, nas mobilizações da comunidade, nos processos eleitorais, vocês podem ter certeza de que eles marcaram na testa de cada um daqueles que se mostraram, ao longo desses dois anos, verdadeiros inimigos da saúde pública, que é a maioria dos vereadores e das vereadoras desta vergonhosa Câmara Municipal que, durante dois anos, ofendeu e desrespeitou a saúde de Porto Alegre. Ninguém mais se engana com esse discurso de vocês, de que foi a oposição que questionou o IMESF. Olha, essa conversa já foi enterrada. Vão nos postos de saúde falar com os trabalhadores para ver se alguém acredita em vocês. Isso acabou. Vocês vão votar com o governo por uma razão muito simples, vocês vão votar com o governo porque vocês defendem o modelo do Melo que, aliás poderia ter continuado Marchezan, porque entre o Marchezan e o Melo não tem rigorosamente nenhuma diferença na área da saúde. O Melo copiou o projeto do Marchezan. Copiou! É para entregar atenção básica para os hospitais privados, esse é o negócio, porque estão fazendo negócio na saúde. Agora, por que se complicaram? Porque a Constituição Brasileira de 1988 não permite negócios tão escusos, então na Atenção Básica a Constituição define que a maioria da Atenção Básica tem que ser pública, não pode ser privada. Por isso o governo municipal tem perdido várias ações na Justiça, e vai perder mais, vai perder mais, porque a guerra judicial vai continuar, porque o IMESF não foi extinto e existe acumulação de luta e de consciência entre os trabalhadores da saúde, muita acumulação. Então eu acho que as coisas têm que ser chamadas pelo seu nome. Nós estamos tendo uma derrota, essa derrota não veio de agora, nós sabemos que o movimento teve uma derrota lá atrás, quando não conseguiu evitar as demissões que o Melo fez - foi o Melo que demitiu, não foi o Marchezan - dos mais de 500 trabalhadores da saúde. Não estavam os agentes nessa oportunidade; depois eles começaram as demissões dos agentes. As demissões que estão ocorrendo agora são as demissões desses 200 que eles não estão incorporando. É verdade que foram incorporados, serão incorporados 351, isso por conta, e é verdade o que diz o Oliboni, da pressão que se fez, mas talvez mais do que a pressão, por conta da perda dos recursos federais que a não incorporação provocaria no Município de Porto Alegre. Então, na verdade, o que está claro aqui é que nós temos um governo que continua a política do Marchezan, que privatizar a Atenção Básica, e nós estamos fazendo uma luta de resistência. Nessa luta de resistência, a

continuidade de 351 não é pouca coisa. Em que sentido não é pouca coisa? Significa que vai ter um contingente de trabalhadores atuando na Atenção Básica, conscientes de quem são os inimigos da Atenção Básica, de quem são os inimigos da saúde pública. Portanto, essa luta não vai terminar hoje, não vai terminar hoje. Eu quero concluir dizendo que eu vejo aqui - Oliboni, solidariedade à tua intervenção - o Janta atacar tanto o PT, aí eu fico pensando o seguinte: o partido dele está acabando de declarar apoio ao Lula, como candidato a Presidente, no ano que vem é capaz de ter o Janta na campanha do Lula, Oliboni. Olha como são as coisas. Por que eu estou alertando isso? Para nós termos consciência de uma coisa: independentemente do lado de alguns que dirão estar, hoje ou amanhã, aqui é preciso ter consciência de quem é quem. E os servidores da saúde jamais vão esquecer essa experiência que tiveram, jamais vão esquecer o voto de cada vereador e de cada vereadora. Digo isso, inclusive, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, que esteve muito defendendo o IMESF, para a senhora nos ajudar a aprovar as emendas que melhoram o projeto, que garantem a autorização de manter 565 trabalhadores. Espero contar com seu voto para que a gente, no voto, mostre também quem é quem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Vereador gastou três tempos do próximo vereador que vai falar, três minutos. O próximo vereador terá dois minutos.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Da onde veio o ódio ao servidor público concursado? É muito fácil nós defendermos a terceirização irrestrita, que é um projeto que vem desde 2017 para que os apadrinhados políticos possam repassar o caixa dois, possam repassar as verbas que financiam as campanhas eleitorais. É por isso que eles odeiam servidores públicos, é por isso que eles querem a destruição do serviço público e não têm nenhum pudor de deixar mais 200 servidores concursados da rua. É muito fácil chegar aqui e instigar trabalhadores, principalmente trabalhadoras, porque, mais uma vez, além de ser antisservidor, é um projeto machista e misógino que se apresenta, mais uma vez, aqui nesta Casa. É um projeto antipovo, é um projeto que tem como objetivo, mais uma vez, colocar na rua trabalhadoras e trabalhadores que fizeram concurso público, que se dedicaram, que prestavam o seu serviço, dia a dia, batendo ponto, e agora são desconsiderados a partir de um discurso mentiroso de economia, economicidade, de que temos um problema jurídico, mas esse é um projeto muito maior. E esse cinismo, mais uma vez, se apresenta na Câmara como se apresentou na demissão dos cobradores e cobradoras, como se apresentou na privatização da Carris, na reforma da Previdência dos municipais. É um ódio ao serviço público porque o serviço público não se curva a interesses políticos e partidários, não se curva à vontade daqueles que querem se favorecer ou colocar os seus apadrinhados políticos em cargos efetivos, em cargos que têm poder de comando na Prefeitura. Eles querem silenciar o serviço público, eles querem acabar com o serviço público, porque o serviço público

evita a corrupção. A corrupção sempre vai existir, mas é muito mais difícil quando tem o servidor público concursado, com seu direito respeitado, com valorização salarial, aí a corrupção fica difícil de acontecer. Não é por acaso que Bolsonaro ataca a Anvisa, os servidores públicos, os concursados do Capes, do IBGE, porque fica difícil corromper. Ele não consegue, essa direita não consegue corromper o servidor público, e o objetivo então é demitir o servidor público e colocar o terceirizado que, muitas vezes, entra de boa-fé, entra precisando daquele salário, mas ele não tem estabilidade, ele não pode denunciar, ele não pode paralisar quando não recebe o seu salário porque ele é colocado na rua. E esta Casa, a Câmara Municipal de Porto Alegre, composta por privilegiados e privilegiadas, teria que ter vergonha de, mais uma vez, estar colocando na rua centenas de mulheres e homens que, daqui a pouco tempo, mais uma vez, estarão desempregados e desempregadas, não terão como falar para o seu filho, para a sua filha que tem comida na mesa, que poderão se aposentar um dia, porque terão que estar na rua procurando auxílio, procurando uma cesta básica. E a gente não se envergonha disso nesta Casa. O prefeito Sebastião Melo não se envergonha desse tipo de situação. Secretário Mauro Sparta, onde está a humanidade? A gente fica aqui discutindo isso como se estivéssemos falando de um objeto e não de vidas, e não de pessoas que têm uma história, uma família, não de pessoas que acreditavam, ao fazer o concurso público - e devem ter ficado muito tempo estudando -, que teriam uma garantia mínima que fosse. Tratamos agora como se fossem usurpadores e usurpadoras, como se a Prefeitura estivesse fazendo um favor para essas pessoas. Isso é vergonhoso. É vergonhoso, nós, quando estamos tirando emprego de alguém, fazemos um discurso aqui nesta tribuna, tripudiando sobre a vida das pessoas, dizendo que deveriam estar cumprindo o seu serviço, quando, amanhã, talvez não tenham serviço a cumprir. Onde nós estamos? Onde nós estamos, neste País, que nós toleramos esse tipo de situação? Mas nós lutaremos e esperamos que todos e todas da população de Porto Alegre estejam vendo isso e nós vamos vencer aqui nesta Câmara e temos que dar uma resposta, de uma forma ou de outra, a esse tipo de projeto. Boa luta e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha aflito esta sessão plenária, na véspera de Natal, olha o presente do governo: demissão, desemprego, fome, miséria, injustiça, desrespeito com a saúde; são os mesmos que pediam “batam palmas para quem combateu a Covid”. Palma não enche barriga, não bota comida no prato, não garante recursos para manter a família viva, mas o governo que, de costas, governa, de costas para a cidade, apresenta um conjunto de medidas antipovo na semana do Natal. Esse é o sentimento de Natal do governo Melo, esse é o sentimento, mas vocês aguardem, vocês aguardem porque a justiça será feita com os inimigos do povo, os que acreditam na redução de gastos com a saúde. É assim que eles

trabalham: com a caneta de redução de gastos. Não, esse tipo de política não pode ser aceita pelo povo, e nós vamos denunciar. Tem gente que vem para cá, faz o seu discurso exagerado, grita, provoca as galerias, desrespeita a população de Porto Alegre. Eu presto reverência, vocês têm minha admiração e meu respeito, agentes de saúde. Vocês têm, porque eu sei o que um agente de saúde faz nesta cidade – muitos não conhecem o papel do agente de endemias, que combate a propagação da tuberculose, combate a propagação da chicungunha, dengue. Eles garantem que não se espalhem doenças perigosíssimas na cidade, e eles são invisíveis. Hoje eles estão sendo descartados, pois esse projeto descarta quem trabalha. E não é salário grande, o salário é pequeno e está archoado há seis anos; há seis anos o governo dá calote no salário dos agentes. Quatro anos sem receber incentivo; o vale alimentação é isso aqui, e fazia meses que não pagavam. Não pagaram os atrasados; demissão sem pagar a multa. Porque aqui é o negócio é assim: eles mandam para cá projetos como aquele da Ponta do Arado, de liberar construção. Os grandes empreiteiros são acalentados, são recebidos a pão de ló, e, para o povo trabalhador, é paulada no lombo, como estão fazendo hoje. Eu queria pedir sinceramente, a sensibilidade do governo, que tivesse o mínimo de espírito natalino, prefeito Melo. Não trabalhar com a demissão como Ordem do Dia nesta Casa. Nós teremos mais uma sessão ainda quarta-feira, para que fechar o ano dessa forma, com a destruição de empregos, quando os documentos nacionais colocam para nós que é necessário, a cada 750 pessoas, um agente comunitário de saúde? Sabe o que faz um agente? Ele vai de casa em casa, acompanhando as gestantes; as crianças pequenas; se a carteira de vacina está em dia; se aquele doente, por exemplo, com tuberculose, está se cuidando e está realmente se mantendo protegido para não espalhar pela comunidade. Eles são os guardiões da vida, da saúde do povo mais pobre desta cidade. E é fundamental conhecer isso, mas para isso, não basta só falar, é preciso um gesto.

Eu quero me dirigir nesse momento ao secretário da saúde, Mauro Sparta, que se encontra nesta Casa: secretário, o senhor é médico, por favor, acolha as emendas que nós propusemos, que são redutoras de dano. Vamos construir mais saúde para o povo, vamos sentar para conversar com a associação, com o sindicato dos agentes; são pessoas extremamente competentes, eu conheço muitos – alguns não conheço, outros conheço – porque já estiveram na porta da minha casa inclusive, eu era muito visitado lá no Lami, agora ali na Aberta dos Morros não tenho a visita porque ali a população tem um pouco mais de conhecimento e consegue acessar, inclusive, saúde privada. Mas eu digo que as periferias precisam não de um agente, mas de cinco, dez. Nós precisamos de muitos nas periferias, por isso eu queria pedir ao governo Melo, neste momento, para não entrar nessas brigas pequenas, porque alguns vereadores só querem palco para ver aonde vão estar ano que vem. Não é hora disso! Disputem os espaços do governo de outra forma, respeitem a tribuna para construir para o povo. Ver. Idenir Cecchim – que será presidente no próximo ano –, para concluir, precisamos de mais emprego e não menos. Vamos juntos fazer essa luta, vamos juntos construir uma cidade com saúde de verdade. Nenhum agente de saúde a menos, essa é a luta. Não às demissões.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O vereador gastou um minuto e meio, o próximo vereador do PT terá um minuto e meio a menos. Eu queria dar um aviso aqui, por favor, para que os vereadores tenham cuidado com lapelas de pré-campanha, a Câmara já teve que responder uma série de vezes sobre isso. Então, por favor, colegas vereadores, não usem nenhuma pré-campanha, não importa a qual cargo for. Pois não, Ver. Mauro Pinheiro.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Eu quero que conste nos Anais da Casa que o Jonas Reis está fazendo propaganda política antecipada na tribuna, e que a Câmara tem transmissão de televisão. Portanto, quero registrar porque, posteriormente, podemos tomar uma atitude. Muito obrigado, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Será registrado. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só um pouquinho, o Ver. Aldacir Oliboni está no microfone.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, colega Ver. Mauro, nós tivemos neste final de semana uma conferência estadual, obviamente, por descuido, o vereador acabou usando um adesivo, mas nós podemos usar porque foi numa conferência. Não digo na tribuna. Portanto, constar isso nos Anais é uma forma de perseguir um mandato, um vereador. Não perseguir quem, de fato, faz algo ilegal, porque isso não é regimental, o senhor me desculpa, não é regimental. Pedimos para que não acate a decisão do Ver. Mauro Pinheiro porque é deslocada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, público presente aqui, senhor Presidente, boa tarde a todos. Em primeiro lugar, minha solidariedade ao pessoal do IMESF. Eu sou técnico em administração hospitalar, vejo a importância dos agentes saúde e entendo que são fundamentais para o município de Porto Alegre; não só para o Município, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Eu fui investigar – eu sou vereador de primeiro mandato, estou começando agora – o porquê dessa história do IMESF, do que estava acontecendo, e liguei para a

Prefeitura: “olha, tem vários trabalhadores que querem ir para o labor, o que está acontecendo?” Me explicaram que tinha uma ação judicial. Eu pensei: mas só um pouquinho, quem é que entrou com essa ação judicial? Quem é que está prejudicando centenas de famílias? Eu vou ler para você quem é que sacaneou vocês aqui: “Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Central Única dos Trabalhadores, CPERS, Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais, Federação dos Municipários, Federação dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Farmacêuticos, Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, Simpa, Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal, Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul, Sindicato do Ministério Público, Sindicato dos Trabalhadores Federais – esses ingressaram com uma ação direta de inconstitucionalidade sobre a criação do IMESF, contra Prefeitura de Porto Alegre e contra a Câmara Municipal. Então, me causa muita tristeza, entendo que nós temos de buscar uma solução para a situação de vocês, vocês são importantes para nós. Mas eu fico perplexo, como que a bancada de oposição, como que os dez vereadores da esquerda ultraradical coadunaram, consentiram com isso aqui e agora querem defender o IMESF? Na verdade, eu vou resumir o que está acontecendo aqui numa só fala: a esquerda ultraradical matou o IMESF e agora quer chorar no velório.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Boa tarde, Ver. Cecchim, que está presidindo os trabalhos; boa tarde colegas vereadores; ao público que está aqui tão educadamente nos assistindo; à TVCâmara, que está aqui passando ao vivo toda a transmissão dessa sessão; aliás, sessão que deverá ir até mais tarde para que a gente possa contemplar todos os projetos que hoje estão em pauta. Mas eu quero dizer que a democracia faz parte desta Casa Legislativa, aliás, aqui devem vir pessoas que concordam com quem sobe na tribuna e também que discordam, mas que independentemente de concordar ou discordar, eu quero falar para o vereador que veio aqui falando que quem fala a favor deste projeto está instigando a galeria. Não, nós não estamos instigando; acontece que quem é a favor desse projeto do governo municipal está sendo vaiado porque as pessoas que estão do outro lado não querem que a gente seja a favor. Dizer que o grito de alguns vereadores que aqui vem a favor do IMESF, não condiz com o trabalho que eles realizam na ponta, não condiz com as entidades, com sindicatos, com as associações que ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade à Lei Municipal...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Tem vereadora na tribuna, depois vocês podem se manifestar.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Se o senhor puder segurar o tempo, vou deixar o pessoal falar.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Está garantido o seu tempo, vereadora; a senhora não precisa escutar.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Posso continuar, Presidente?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Por favor.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi ingressada por exatamente esses entes que o Ver. Bobadra acabou de listar, não condiz com a realidade de quem vem hoje aqui defender o IMESF. O Simpa, a CUT, o CPERS – que têm uma ligação muito íntima com a esquerda – falaram... Presidente, vou parar o meu discurso e aguardar esse povo tão educado.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não me façam evacuar as galerias, por favor. Quando tem vereador na tribuna, eu peço silêncio. Isso aqui é uma casa ordeira.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Voltando. Bom, quando eu ouço – Presidente, vereadores – não à demissão, me parece que o público está contrário a esse projeto. Também podemos revisá-lo aqui, e votar contrários a esse projeto do governo, Ver. Camozzato, porque, se é contrário à demissão, esse projeto exatamente faz com que sejam demitidos efetivamente as pessoas que eram de IMESF e que – volto a dizer – foram sacaneados – esse é o termo – pela CUT, pelo Simpa, pelo CPERS. Não, olhem, não sou eu que estou dizendo, eu posso fazer inclusive, me coloco bem à disposição, vereadores, estou falando com os senhores, faço xerox para vocês para que vejam efetivamente que a Ação Direta de Inconstitucionalidade do IMESF não foi feita por mim e não foi feita pelos vereadores e tampouco pelo Melo e Ricardo Gomes, que estão aqui tentando corrigir o erro que se deu àquela época. Aliás, a ministra Rosa Weber, e todos aqui entendem bem de legalidade, foi veemente no seu

veredicto dizendo que não conhece os terceiros embargos declaratórios e determina a imediata certificação do trânsito em julgado, com a baixa dos autos à origem. O que quer dizer isso? Que ela reconhece que a CUT, que o CPERS, que o Simpa, que a Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, que a Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar, que Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que a Federação dos Municipários do Estado do Rio Grande do Sul e tantos outros que estão aqui estavam corretos em dizer que o IMESF não podia existir. E houve uma determinação judicial ao prefeito para que encerrasse aquele serviço. Ora, o nosso prefeito Sebastião Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes, juntamente com o secretário municipal da saúde estão oferecendo, oportunizando, auxiliando no sentido de que sejam contratados, através deste projeto, alguns dos servidores. É óbvio que não vai conseguir fazer com todos, mas que alguns, que são 351, serão readmitidos agora de uma forma legalizada. Ou seja, o IMESF foi extinto e vocês agradeçam ao Simpa, à CUT e aos CPERS, que são os primeiros que levantam as suas bandeiras a favor dos trabalhadores e foram os primeiros que, infelizmente, terminaram com o IMESF. Seremos favoráveis ao projeto para que não existam mais demissões. Agora, estou aberta aqui para saber se não é para votar este projeto, eu posso votar contrariamente, se assim entenderem. E o Ver. Robaina está instigando o público para que fique gritando. Vereador, quando o senhor sobe aqui e o senhor fala uma coisa que eu não quero, eu tenho o maior respeito pelo senhor, até porque o senhor é homem. E vou fazer igual às minhas colegas vereadoras: "Que feio fazer isso quando tem uma mulher aqui na tribuna!" Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente Cecchim, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, a nossa saudação a todos e aos nossos telespectadores e ouvintes. Essa discussão hoje é bastante importante e é relevante porque trata do emprego de homens e mulheres que estão atuando no Município de Porto Alegre e que estão aqui lutando para não serem demitidos. E nós, aqui - eu, particularmente - recebemos diversas mensagens de pessoas que pedem a votação do projeto, Ver. Pedro Ruas, e pessoas que são radicalmente contra o projeto. São pessoas que prestaram esse último concurso público. E sei que vocês também prestaram; claro. Ouçam-me! Claro! Aqueles que prestaram concurso público agora pedem prioridade para eles; e as vagas remanescentes para vocês. E vocês sabem disso. Muito bem...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Está bem! Vamos falando!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Vocês não sabem nem o que é que eu vou dizer...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** É dose! O projeto hoje cria 432 vagas: 351 de agentes comunitários de saúde e 81 de agentes de endemias, e autoriza a nomeação. E eu acredito que é preciso, sim; eu sou contra demissão. Não vai ser eu que vou deixar de lutar para que não saia demissão. Agora, vamos aprovar algumas emendas, meus caros vereadores, todos - de situação e de oposição -, sem radicalismo. Com isso, nós atendemos a vocês e atendemos o outro lado, aqueles que prestaram o último concurso. É preciso caminhar nesse sentido. Para isso eu acredito que nós precisamos aprovar a Emenda nº 08, do Ver. Oliboni, que cria 565 cargos, ou melhor, autoriza a nomeação dos 565 cargos. Precisamos aprovar a Emenda nº 12, de minha autoria, e quando me ligaram eu apresentei. Telefonaram para mim e eu apresentei as emendas, de maneira que os cargos remanescentes fiquem para aqueles que prestaram o último concurso. Com isso, nós chamamos, mantemos vocês e vamos manter também uma bela fatia de concursados. A Emenda nº 08, do Ver. Oliboni, a Emenda nº 12, que é de minha autoria, que dá as vagas remanescentes para o concursado, e a Emenda nº 13, que cria os cargos que estão faltando. Portanto, com isso, nós atendemos a todos, porque Porto Alegre precisa de pessoas trabalhando na saúde pública; e urgentemente. E se tiver experiência, melhor ainda! Só com os custos de treinamento de novos, dá para manter vocês por muito tempo. Portanto, eu aprendi aqui na Câmara, estou aqui há muitos anos, eu aprendi que o entendimento é o melhor caminho. É o melhor caminho, meu caro Presidente, para buscar resolver os problemas de Porto Alegre, e nós estamos precisando de agentes, sim. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Quero saudar todos os trabalhadores e as trabalhadoras que se fazem presentes aqui neste momento. É fundamental a presença de vocês aqui, num espaço em que, quando há a manifestação popular, o que é que a gente ouve? "Se não se comportarem de acordo com esta Casa, serão retirados." Pois esta é a Casa do Povo. Manifestem-se! É assim! É isso que preconiza a democracia. O processo democrático é muito objetivo, a discordância faz parte, e aqui venho eu para falar justamente desse ponto, dessa discordância, de uma medida paliativa, incompetente, de uma gestão de um governo que não conseguiu fazer a avaliação, uma análise mais aprofundada do que é a necessidade da Atenção Básica,

como é essa potência, a porta de entrada para o SUS. Mas não fico nem surpresa, porque esses são aqueles que se alinham ao projeto de precarização e privatização do SUS; esses são aqueles que negam vacina e, obviamente, não vão querer que agentes comunitários, agentes de endemias se coloquem, se posicionem; são esses que não compreendem a necessidade de ter vocês na ponta e por isso atacam. De fato, são os que sofrem com um processo muito grande da recusa, por conta dessa privatização, que colocam como única condição os trabalhadores, pois, definitivamente, não sabem o que é utilizar o Sistema Único de Saúde público, universal e gratuito, que atende na ponta de forma excelente e que vem sofrendo, já há algum tempo, e aqui vai chancelando esse ataque a partir do momento em que se questiona a necessidade ou não da retomada desses cargos, mas eu quero que fique bem objetivo isso: são 351 retomadas de ponto que, sim, fazem diferença. O Ver. Robaina bem trouxe isso: fazem diferença. Mas ainda assim evidenciam a incompetência dessa gestão, que não faz a leitura da realidade, que não anda nas comunidades como deveria que não consegue conceber que a possibilidade da população mais pobre, precarizada, que neste momento sofre com a fome, com o desalento, com o desamparo, é essa a população que precisa da Atenção Básica, é essa a população que está nos postos de saúde, é essa população que precisa do SUS. É isso. É exatamente isso que a gente vem debatendo aqui, e infelizmente parte significativa desses vereadores que ocupam esta Casa não conseguem compreender isso; sequer sabem da necessidade desse atendimento e logo se somam a este projeto, que lida de forma tão abstrata com algo que é tão sério, que são a vida e a saúde da população. Nós, da bancada do PCdoB nos somamos à luta, às manifestações e às mobilizações porque nós compreendemos o que, de fato, modifica na Atenção Básica, o que de fato modifica nas comunidades. A saúde tem que ser uma prioridade! Para aqueles que só reconhecem o capital como parte importante disso, então atentem-se: quando se trabalha nessa perspectiva do atender amplo no SUS, nessa porta de entrada, se economiza na média e na alta complexidade. Mas, de fato, me parece que isso aqui não é parte do debate porque, infelizmente, minhas colegas, e falo isso como sanitarista que sou, como aquela que se debruçou há muitos anos estudando todo um sistema de saúde, compreendendo as especificidades desses espaços, falo isso compreendendo que não é uma relação de urgência para aqueles que atacam cotidianamente trabalhadores e trabalhadoras, que negam a existência de todos vocês, que negam a importância do trabalho do servidor público, é isso, e que sobem aqui, donos de si, questionando toda relação que é extremamente importante para o funcionamento da cidade, que sequer querem ouvi-los. E há dois anos - dois anos! - sofremos com isso. Se fosse uma prioridade desta atual gestão, vocês não estariam aqui reivindicando e sendo atacados, como são. E eu peço desculpa para vocês, porque eu fico envergonhada de ocupar um espaço que ataca o trabalhador, que faz com que vocês se sintam parte totalmente descolada dessa realidade. Pois não aceitem isso dessa forma. Vocês são fundamentais para o funcionamento desta cidade. Se não fossem vocês, a saúde pública desta capital não estaria nos níveis em que está. É extremamente importante vocês saberem a importância de cada um e de cada uma que atua e se dedica para que o Sistema Único de Saúde - e mais uma vez eu ressalto - público, gratuito e integral. Vocês que atuam

nas comunidades, vocês que sabem o nome de cada um daqueles que atendem, vocês que têm que receber o valor devido, saibam que nós nos somamos à luta de vocês por compreender esta importância. Isso é fundamental. Para concluir, resalto que nós deveríamos estar aqui debatendo a ampliação e não essa retomada pífia que é colocada como única possibilidade. Isso é colocar migalhas diante de algo tão importante. Que vocês resistam e contem conosco para esta luta que se faz fundamental e que é feita pelas mãos das mulheres que estão na Atenção Básica e que conhecem esses territórios como ninguém. Era isso que o secretário da saúde deveria estar fazendo, era isso que vocês, meus colegas, deveriam estar fazendo também.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Saúdo o Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TV Câmara e, particularmente, os amigos e amigas que nos dão a honra de estarem aqui, no dia de hoje, visitando a câmara municipal em busca de seus direitos. Não é fácil essa posição, é muito difícil, por isso que nos revolta muito quando vocês são atacados, pois, além de haver uma disparidade brutal entre quem tem um microfone e quem não tem, vocês estão numa situação terrível de perspectiva de desemprego, e as pessoas que os atacam não. Em primeiro lugar, então, a nossa solidariedade e elogio à luta e à perseverança de cada uma e de cada um dos que estão aqui. Segundo aspecto. Eu falava com o Ver. Roberto Robaina, que, historicamente, é um Lutador dessa causa. Eu era deputado estadual, o Robaina e o Oliboni eram vereador, além, também, de muitas companheiras e companheiros aqui. Eu acompanhei isso e vi a luta de vereadores e de vereadoras e, particularmente, desses dois, pois acompanhei o tema sob a liderança deles. Vocês mostraram, de fato, a barbaridade que é atuação dos titulares do executivo municipal de Porto Alegre em relação ao IMESF. É uma desconsideração absoluta, absurda e inaceitável, se nós considerarmos que eram 1.800 trabalhadores; já houve 1.300 demissões. Nós sabemos também – dizia-me, há pouco, o Ver. Robaina - que 17 já foram reintegrados. Então é uma luta que tem alguma perspectiva importante, jurídica, judicial, e tem que ser mantida, tem que ser levada adiante, mas, ainda assim, a grande luta, de curto prazo e de responsabilidade é a luta política. Não é a primeira vez que Porto Alegre faz essas loucuras em relação à saúde, principalmente a trabalhadores, ainda mais quando envolve alguns aspectos não republicanos. Não é demais lembrar, Ver. Robaina, Ver.<sup>a</sup> Karen, Ver. Matheus, todos do PSOL, que, há alguns anos, há 10 ou 12 anos, o escândalo no atendimento da saúde da família com o Instituto Sollus e com a empresa Reação; foi um escândalo. Naquela época, em 2009, o Instituto Sollus, que a Prefeitura contratou a peso de ouro, conseguiu roubar R\$ 8 milhões da Prefeitura. Mataram o vice-prefeito da cidade, que era o secretário da saúde, Eliseu Santos; os indiciados são os donos da empresa Reação e os dirigentes do Instituto Sollus, que vão

ao Tribunal do Júri. Vejam o que é a terceirização da saúde! Não pensem que o governo está sendo bonzinho com os 351, não. O governo precisa e vai aprovar o projeto, contra o meu voto - já estou adiando - porque senão perde a verba federal. Não é por ser bonzinho; o governo precisa provar esse projeto hoje, porque senão perde a verba federal. Essa é a questão. Não é assim: nós estamos dando 351 empregos. Não! Estão ganhando dinheiro federal; a verba federal é publicada, carimbada e destinada. Não tem como receber se não tiver isso. Tem que haver uma paridade entre os trabalhadores concursados e os terceirizados; isso é o TAC, é um Termo de Ajuste de Conduta feito pelo Ministério Público. Não tem alternativa; não pense que são bonzinhos nisso. Não é; o que há é uma necessidade de manter a verba federal, e os 351 são necessários. Por que são 351? Porque é o número exato -que é necessário. Nós estamos, de forma coerente, lutando contra as demissões. Carlinha do GAPA que está nos assistindo, nós somos lutadores e lutadoras contra as demissões. Nós defendemos os direitos dos trabalhadores ao longo de décadas, outros muitos antes de nós. Então, é, absolutamente, coerente que estejamos fazendo essa luta. Vocês têm o interesse próprio de vocês, natural, lógico, correto, justo, e nós temos compromisso com essa luta, com essa causa. Por isso, Presidente Márcio Bins Ely, o trabalho que nós fazemos é um trabalho sério, não é um trabalho de divergência secundária ou, eventualmente, uma discussão menor entre quem é governo e quem não é. Não! Se o governo fizer um trabalho, como muitas vezes já aconteceu, que mereça o nosso elogio, nós vamos à tribuna elogiar e votar com o governo; já aconteceu isso. Só que esse trabalho, em relação ao IMESF, é péssimo, as demissões são desumanas e nós vamos combatê-las. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21.

**VERERADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde. Primeiramente, eu queria, na verdade, pedir desculpa às trabalhadoras e aos trabalhadores do IMESF, aos agentes de saúde que estão aqui e estão tendo de ouvir tantas provocações, tantas falas deslocadas, rebaixadas num debate que é tão importante na defesa da saúde pública, na defesa da nossa cidade. Segundo, gostaria de falar o quanto foi um equívoco alguns vereadores e vereadoras virem aqui para lidar com esse tema como se a culpa fosse dos sindicatos, das associações; o problema que estamos debatendo. Acho que o Ver. Pedro Ruas, com sua experiência e com o seu tempo aqui na Câmara, falou de forma muito assertiva do histórico que, na verdade, trata de duas questões: uma da moralidade em relação à saúde pública do Município; outra sobre o fortalecimento de uma saúde pública. É isso o que nós estamos batendo e é por isso que nós chegamos nessa situação. Não esqueçamos como eram feitas as contratações antes, por associações de moradores, depois pela FAURGS, depois pelo Instituto Sollus. Quantas vezes as galerias desta Casa foram tomadas para debater e combater a corrupção em Porto Alegre? Aí nós chegamos à solução do IMESF; solução que, desde o início, apontamos que era um equívoco, e,

assim, entidades entraram na Justiça para questionar. O pior é a perversidade de utilizar-se da situação sabida de inconstitucionalidade para, na verdade, acelerar um processo de privatização da saúde pública em Porto Alegre. Tentaram fazer um debate atravessado, mentiroso; e alguns vereadores, que nem fazem ideia de qual foi o debate que ocorreu do IMESF, vêm aqui só fazer agitação mesmo, não tratam, portanto, o debate com a seriedade que ele tem. Nos, obviamente, não vamos votar; temos um conjunto de emendas que queremos que seja aprovado, e aí queremos votar favoráveis à manutenção dos 351 cargos, assim como os 81. É óbvio que nós queremos que as pessoas possam ficar, mas nós queremos não só que essas pessoas possam ficar, nós temos de fazer um debate sobre a qualificação do serviço público, a qualificação e manutenção da Atenção Primária no município de Porto Alegre. É disso que nós estamos falando. Para nós, é muito triste que nós estejamos arrastando, por dois anos, esse debate; nós chegamos à véspera do Natal, e a gente tem que estar fazendo emenda para os trabalhadores receberem os atrasados. Nós estamos falando de gente que não recebeu o vale-alimentação, nós estamos falando de um tratamento com indignidade, da forma como tratam o povo trabalhador que sobreviveu e que sustentou a saúde pública sob uma pandemia e com a incerteza se manteriam seus postos de trabalho. Eu só posso pedir desculpa, embora não carregue essa responsabilidade, em nome dos colegas. Eu, de fato, ouvi atentamente as intervenções e fiquei envergonhada por nós termos colegas que não tratem com a seriedade cabida um tema tão importante e que tampouco tratem com respeito os trabalhadores e as trabalhadoras que sustentam a nossa saúde pública. Portanto, faço aqui uma sensibilização aos colegas que, ainda, mantém certa sensibilidade, ao final deste ano legislativo para que nós possamos aprovar as emendas e que possam reforçar a condição de dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras agente de saúde. Que nós possamos garantir os pagamentos atrasados, que nós possamos garantir um conjunto de proposições que nós vamos debater na sequência. Mas eu queria, primeiramente, pedir desculpa; em segundo lugar, reforçar a verdade no debate. Nós não queremos fazer esse debate em cima da mentira, da agitação e daqueles e daquelas que, na verdade, defendem o fim da Atenção Primária e o fortalecimento da privatização e que acreditam que a saúde é o lugar de fazer negócio. Para nós, a saúde não é o lugar de fazer negócio; para nós a saúde é um dever do Estado, e este Estado deve garantir o atendimento ao povo trabalhador do Brasil e de Porto Alegre

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 029/21

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde aos vereadores e vereadoras presentes, público que nos assiste, especialmente às trabalhadoras da saúde presentes nas galerias. Eu acho lamentável que, em dezembro de 2021, nós tenhamos que vir aqui pedir respeito para às trabalhadoras da saúde. Porto Alegre viveu, ao longo dos últimos onze meses, para falar só desse ano, a pior fase da pandemia. Nós fomos

notícia mundial, como epicentro da pandemia, entre março e abril, e foram as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde que aguentaram firme essa situação, para que a gente pudesse superar um quadro tão triste que atingiu milhares de vidas na nossa cidade. Mesmo assim, a gente tem que vir fazer uma discussão, nesse contexto, pedindo respeito. Tem gente que está subindo na tribuna para apresentar um discursinho pronto, dizendo que o tema do IMESF e a questão das demissões são de responsabilidade de entidades sindicais, de partidos políticos de esquerda. Na verdade, esses vereadores só querem apresentar uma narrativa, nas suas redes sociais, para algum grupo de seguidores que nem vai muito a fundo para ver o que está acontecendo de fato. Só que o problema trágico, nessa discussão que a gente está fazendo, é que a desestruturação do sistema de saúde, na cidade de Porto Alegre, que se expressa na situação de vocês, nesse momento, não escolhe partido, opção ideológica. Lá ponta, quando tem um trabalhador ou uma trabalhadora sofrendo com essa situação de falta de atendimento e de dificuldades nas unidades básicas, nos postos de saúde, eles não escolhem. Quem sofre essa situação são os moradores da periferia da nossa cidade, são os trabalhadores que, infelizmente, hoje não têm um atendimento adequado. Eu ouvi uma trabalhadora falando, há pouco, da situação do Leopoldina, onde nós temos cinco agentes comunitários para 17 mil pessoas. Eu sei que essa situação também é uma realidade no Rubem Berta e em outros bairros da cidade de Porto Alegre. É disso que estamos falando nesse momento. Esse projeto está sendo apresentado de maneira, completamente, tardia e tentando fazer uma manobra diante da situação, porque o número de empregos que preserva não chega nem perto do número de demissões que já aconteceram nos últimos anos. Essa é a verdade que nós estamos discutindo aqui: ele vai fazer com que a situação do atendimento da Estratégia de Saúde da Família da rede Atenção Básica na cidade de Porto Alegre que já sofreu muito ao longo da última gestão fique ainda pior. E tem um verniz antidemocrático também nessa proposta, porque o Conselho Municipal de Saúde fez inúmeras reuniões, tentativas de dialogar, escreveu notas, deu a sua opinião sobre o tema e a Prefeitura se negou a ouvir, se negou a debater. Foi muito difícil construir qualquer perspectiva de diálogo ao longo desse ano, e eu lembro muito bem, lá em março de 2021, quando os trabalhadores do IMESF vieram aqui na galeria, nos reunimos ali ao lado, e sempre foram prometidas alternativas, propostas para resolver o problema. Nada foi feito, e nós estamos agora, em dezembro de 2021 com uma situação trágica, às vésperas do Natal. E o tema das terceirizações, o Ver. Pedro Ruas falou do escândalo da Sollus, de mais de 10 anos atrás, mas nós tivemos um caso na semana passada, uma investigação que está aí colocando sob suspeita contratos da saúde e da assistente social num valor que pode passar de R\$ 10 milhões. O problema da terceirização é grave nesse momento em Porto Alegre, e quem sente isso, mais uma vez, são os trabalhadores, seja quem está na ponta do atendimento ou quem precisa desse serviço. Nós vimos, ao longo do ano, vários casos que explicitaram o que a terceirização causa no sistema de saúde da nossa cidade: lugares onde faltam médicos porque as empresas oferecem um salário muito abaixo daquele que é pago normalmente no mercado, desrespeito com o contrato que gerou situações de meses sem pagamento de salário, de vale-alimentação, é isso que a

terceirização está gerando nesse momento. E a discussão que a gente está fazendo aqui e agora é para que a gente consiga, nessa situação muito difícil, preservar um pouco do que ainda resta de qualidade no serviço que é prestado por essas servidoras que têm, sim, um grau de qualificação, de experiência, de contato direto com os territórios da nossa cidade, responsáveis pelo atendimento, hoje, de quase um milhão de pessoas na cidade de Porto Alegre. É disso que nós estamos falando, da luta para preservar o Sistema Único de Saúde e a qualidade no atendimento da nossa população. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE n° 029/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde todos e todas. Eu vou na mesma linha de discussão que o Matheus trouxe aqui para nós, o debate de trabalho, e não só de trabalho, mas do desemprego: a Câmara Municipal de Porto Alegre incentivando política de desemprego em massa para diversas categorias e o impacto que isso está tendo diretamente na qualidade dos serviços oferecidos. Terceirização, para nós, é um problema no sentido de a população ter acesso à transparência no serviço que é prestado, é uma exploração, um salário miserável em relação àqueles que são contratados, àqueles que são servidores, opressão, assédio moral, assédio sexual, demissão sem justa causa, atraso de salário, e no final as empresas ainda declaram falência e não pagam o direito das terceirizadas. É essa a experiência concreta que nós temos em relação à terceirização, e infelizmente é essa a posição do governo Melo e desses vereadores que mantinham a mesma posição no governo Marchezan. É um ataque de ideológico, é um ataque corporativista. Quem é que lucra com a terceirização? Quem é que está por trás dessa precarização do trabalho, desse desmonte do Estado? E é disso que nós estamos falando: quem paga a conta no final é o poder público, porque onera os cofres públicos a terceirização, e esse PL é uma mediação, sim, mas não contempla o atendimento na atenção básica, e é disso que nós estamos falando. Não é uma defesa do IMESF pelo IMESF, acho que o compromisso deste governo é encarar que existe hoje uma necessidade de atendimento na ponta, esse atendimento tem que ser feito por pessoas experientes, nós temos pessoas experientes que estão sendo demitidas e quem vai pagar de novo por isso é a população. O projeto não contempla, vereadores da base do governo, não contempla, e isso é algo que não é do governo anterior, isso não é algo de quem entrou em ação na justiça contra o IMESF, isso é uma responsabilidade de vocês. O problema está colocado nessa gestão e a solução que vocês estão apresentando não contempla, pelo contrário, precariza, retrocede, cria uma situação de desemprego em massa. Novamente vocês, que fizeram isso com os cobradores, fizeram isso com os guardadores de veículos, estão fazendo com as trabalhadoras do IMESF agora. É uma responsabilidade de vocês, vamos parar de terceirizar a culpa também. Vocês terceirizam tudo, não vamos terceirizar essa culpa também. Acho muito importante esse debate que está refletido nas emendas, novamente

foi todo um exercício por parte da oposição para corrigir esse projeto ruim, para corrigir esse projeto falho, e a gente pede encarecidamente pelos votos da população de Porto Alegre que usa o SUS. Eu sei que vocês não usam o SUS, mas a população de Porto Alegre que elegeu vocês, conscientemente ou não, hoje não conhece esse projeto a fundo; eles dão a legitimidade para vocês votarem, a democracia é assim, mas a população não conhece esse projeto a fundo, não teve o debate suficiente com a população usuária do Sistema Único de Saúde. Isso daqui é um desmonte do SUS, terceirizar contrato em extinção, contrato temporário, isso daqui é o fim da promoção da política, gente, é isso que a gente está debatendo aqui no dia de hoje, e é uma responsabilidade imensa de vocês encararem. Vocês, sim, tiveram o voto da população, mas a população não está sabendo que isso está sendo votado dessa maneira, a população só vai saber depois os ônus dessa política de hoje. Vocês têm que ser responsáveis e consequentes em relação a isso, está na gestão de vocês, está na pauta priorizada do governo Melo, não é de gestores anteriores. Dar continuidade para isso é dar continuidade a uma política de desmonte do nosso Sistema Único de Saúde, no meio de pandemia, no meio do momento difícil de crise econômica, de crise de desemprego, o que vocês estão implementando é a continuidade de uma política que vem colocando nas costas dessas trabalhadoras o ônus, delas que sustentam inclusive os nossos salários aqui dentro. Isso é muito irresponsável, isso é muito desrespeitoso, e as nossas emendas estão aí para gente fazer o debate, mas principalmente fazer a denúncia, porque a gente sabe que infelizmente boa parte dos votos desse parlamento já está ajustada com cargos em comissão, com secretarias, com sei lá que empresa depois vai concorrer para assumir esses postos de saúde, esses postos de trabalho. A gente sabe como é que funciona a política, a democracia brasileira, mas é importante, sim, gurias, denunciar, porque essa consciência na cabeça da nossa população não vem de graça, vem com um trabalho cotidiano que vocês fazem, um trabalho técnico de excelência, mas também tem que ser feito esse debate político para que o nosso povo tenha dimensão de como é que funciona a tal dita Casa do povo, como é que funcionam as relações políticas aqui dentro, que permitem que pessoas que não usam SUS definam o uso do SUS, pessoas que não usam transporte coletivo assumam a política de transporte coletivo.

O Záchia agora nessa semana pediu demissão dizendo que se sentiu de resolver a crise do transporte, depois de demitir cobradores, depois de tirar meio passe estudantil. Se sentiu incapacitado, olha que sem-vergonha! É disso que nós estamos falando, não dá mais para delegar para sujeitos que não utilizam o sistema de saúde que sigam definindo os rumos dessa política. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Questão de Ordem, Ver. Alexandre Bobadra?

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Quero que a vereadora corrija o que ela falou na tribuna: ela chamou o secretário de sem-vergonha. Só um pouquinho! Eu quero que fique registrado isso aí. Parlamentar nenhum pode utilizar esse tipo de argumento contra um secretário do Município de Porto Alegre. Isso é um desrespeito! O Ver. Záchia é competente, é ex-deputado, homem da nossa inteira confiança. Acho que a vereadora se equivocou nessa palavra, eu acho que equivocada é ela e sem-vergonha é quem falou isso aí.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Fica o registro. Encerrada a discussão do projeto. Temos matérias a serem apregoadas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 08, 09, 10 e 11, ao PLCE nº 029/21.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, ao Projeto de Resolução nº 070/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que solicita dispensa do envio da Emenda nº 02, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Tendo em vista o adiantado da hora e o volume de projetos que se avizinham para votação, são mais de 24, eu vou pedir que os vereadores se atentem ao tempo, vou avisar com quatro minutos e com cinco minutos vou cortar a palavra. Tem acordo das lideranças? (Pausa.) Obrigado.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, de modo especial aos trabalhadores da saúde que se fazem presentes nessa sessão. As emendas começaram a ser votadas a partir da nº 08, porque a nº 07 não foi destacada, e as demais emendas de 07 a 11 é da nossa Bancada, como também a nº 013. A Emenda nº 08 diz o seguinte (Lê.): "Art. 1º Fica o Município de Porto Alegre autorizado a manter 565 (quinhentos e sessenta e cinco) empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) da Estratégia de Saúde da Família e 81 (oitenta e um) empregos públicos de Agente de Combate às Endemias (ACE) do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família (IMESF), regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituídos pela Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011, nos termos desta Lei Complementar." Por que nós estamos colocando esse número na emenda? Porque atualmente, sem contar com as demissões de hoje, é esse o número. Não tem uma certa lógica o governo dizer aqui que é 351, porque se nós observarmos que o governo, ao selecionar, eu diria, esse número,

ele pegou um dado do IDH onde até 0.6 para eles, o governo atual, tem que ter somente um agente comunitário de saúde em cada equipe de Estratégia de Saúde da Família, e acima de 0.7 do IDH - isso dito pelo secretário municipal de saúde na audiência pública, isso foi dito pelo secretário Municipal da Saúde - eles teriam então dois agentes comunitários de saúde. Algumas lideranças do governo falam aqui sem conhecimento da matéria, porque não adianta o governo vir aqui fazer uma confusão danada e dizer que o projeto dialoga com o universo dos agentes atuais. Não é verdade, o projeto acaba excluindo 214 de trabalhadores. Quem votar a favor do projeto de lei está concordando em demitir 214 agentes comunitários de saúde, essa é a verdade. Os senhores e senhoras vão concordar em demitir servidores da saúde com mais de 20 anos de luta e de trabalho? Mas aí vem uma outra questão: e os concursados, de que forma o governo vai absorver, se ele tem que chamar, pois o Marchezan fez o concurso. Estão chamando os agentes comunitários de saúde? Não estão chamando nem os de endemias! As emendas estão garantindo a criação dos cargos e o chamamento desses trabalhadores que fizeram concurso também. O governo está atrapalhado, muito atrapalhado, e podem ver, tanto na audiência pública como naquela reunião com o próprio prefeito, eles não apresentaram nada que pudesse dar garantia da continuidade do programa com a absorção de todos. Lá atrás, no governo Fogaça, quando ele saiu para ser candidato e quem assumiu foi o Fortunati, foi a implementação do IMESF, e o atual prefeito era vereador, Sebastião Melo, o senhor que pode estar ouvindo ou recebendo o nosso recado: o senhor era vereador e votou a favor da constituição do IMESF. Agora sua base do governo vem querer aqui fazer chacota com as entidades e as bancadas que alertaram o senhor que era inconstitucional, perderam na Justiça e agora o senhor está cometendo a maior maldade possível, demitindo esses trabalhadores que lá no seu governo foram admitidos por concurso público, por concurso público, todos fizeram concurso público. Portanto votar nas emendas que ora apresentamos é votar no reconhecimento, não só do concurso público, mas do trabalho que esses cidadãos, profissionais da Saúde, têm na Estratégia da Saúde da Família, em Porto Alegre. Pela dignidade dos servidores e pela defesa do concurso público, do seu trabalho, por favor, votem na Emenda n.º 08, que nós apresentamos, caso contrário, estão sim votando pela demissão de 214 trabalhadores na Estratégia da Saúde da Família, essa que é a verdade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n.º 08, destacada, ao PLCE n.º 029/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Márcio, eu vou usar a palavra para apelar, apelar para os vereadores da base do governo, para que votem essa emenda. Porque essa é a emenda que preserva até agora - vejam bem, vereadores da base do governo -, foram centenas de demissões. Nós estamos fazendo uma resistência final, do ponto de vista legislativo, porque do ponto de vista judicial vai

seguir a resistência, para garantir que se mantenham duzentos trabalhadores e trabalhadoras numa área essencial. É disso que a emenda trata. Esse é o apelo, votar contra essa emenda é aceitar a demissão de duzentos trabalhadores da área da Saúde, da Atenção Básica. Vocês fizeram um projeto com o qual nós não concordamos na concepção. Qual a concepção do projeto? A criação de cargos em extinção! Nós não concordamos com a ideia de que as pessoas que fizeram concurso para o IMESF possam ser consideradas cargos em extinção. Nós, ao contrário do que dizem, estamos defendendo inclusive judicialmente a continuidade. O IMESF não se extinguiu, há um debate no Supremo, nós estamos defendendo que siga o Instituto, ou que se crie uma empresa pública, para garantir que nós tenhamos uma Atenção Básica pública, não privatizada, não terceirizada. O projeto de vocês é um projeto que institucionaliza, de modo definitivo, a terceirização na Saúde e coloca em extinção os cargos dessa experiência, que vocês já não querem mais realizar, que é a experiência do IMESF. Essa é a verdade. Durante um tempo, Porto Alegre teve o IMESF, o balanço que nós fizemos do IMESF foi positivo, não foi negativo. O negativo foi, sim, a terceirização, com muito bem lembrou o Ver. Pedro Ruas, lembrando do caso do Instituto Sollus. O IMESF teve, sim, uma discussão sobre a sua composição inicial, mas o nosso balanço é que foi positiva a experiência. O balanço do governo Melo que é diferente; o balanço do governo Melo é que diz que a experiência do IMESF não deve continuar e que a Saúde deve ser gerenciada pelos hospitais privados. Essa é a política de Saúde do governo Melo, seguindo a mesma política do governo Marchezan. Então o projeto não é um projeto com o qual nós compartilhamos, é um projeto contrário a nossa visão de como administrar a Saúde municipal. Mas eu, inclusive, Ver. Moisés, estaria disposto a votar no projeto, caso garantisse a manutenção do emprego dos trabalhadores da Saúde, de duzentos nós estamos falando. Vocês acham que não é possível manter duzentos trabalhadores da área da Atenção Básica? Trabalhadores que garantem o dia a dia da Atenção Básica de Porto Alegre? Nós não temos muitos trabalhadores na Atenção Básica, nós temos poucos, nós necessitamos de mais. Mais Atenção Básica é a garantia de uma saúde melhor na cidade. E além do mais, há as verbas do governo federal. Ou vão me dizer que a manutenção de duzentos trabalhadores na Atenção Básica vai ter um peso enorme nos cofres públicos? Pelo amor de Deus, não vai ter, por isso que é um apelo, votem numa emenda que garante a manutenção de todos os que estão hoje no trabalho das equipes de saúde, isso seria, aí sim, um grande gesto do governo. Um gesto de pacificação, um gesto de demonstração de empatia. Mas é o mínimo, por isso que eu faço esse apelo. Não quero fazer a discussão agora, histórica, sobre o que ocorreu, deixou de ocorrer. O fato, não tem como não reconhecer é que se esse projeto é aprovado sem essa emenda, significa institucionalizar duzentas demissões. E nós não podemos aceitar isso! E eu apelo, para que também os vereadores da base do governo não aceitem, porque nós não estamos falando de dez mil, mas estamos falando de duzentos trabalhadores da Atenção Básica da Saúde. É disso que trata a emenda, nada mais, nada menos. Não é pedir demais esse apelo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n.º 08, destacada, ao PLCE n.º 029/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, Presidente Márcio, boa tarde a quem nos acompanha; acho que essa emenda, é uma emenda que pode pacificar esta Casa, inclusive, pode atender na plenitude, em que pese o projeto aos trabalhadores. Os vereadores da oposição têm se empenhado aqui em utilizar esse microfone, para que nós consigamos, Ver. Cecchim, dar conta de viver em uma cidade onde nós temos altas taxas de desemprego. Afinal de contas, presidi a CEFOR e pude conviver com a realidade de uma cidade, economicamente, instável; economicamente equilibrada. Mas em contradição, Ver. Mauro Pinheiro, essa cidade equilibrada ela se encontra nos grandes bairros, nos bairros onde também a atividade econômica, ela é superior. Esta cidade, que nós temos uma realidade que equilibra a situação econômica, não trata das periferias da cidade, não trata das nossas comunidades. Porque as nossas comunidades vivem dias muito duros. É quem convive com a fome e, com todo respeito aos vereadores e vereadoras, a cidade não tem mais como conviver com o desemprego, nós vamos ser a capital dos miseráveis logo em seguida, se nós não tivermos uma atuação eficiente, que dê conta de resolver os problemas. Eu me lembro do prefeito Melo dizendo, Ver. Ruas, que o impacto do projeto dos cobradores seria para daqui a 1, 2, 3 anos. No dia seguinte se teve uma demissão de mais de quinhentos trabalhadores, no dia seguinte ao projeto! Nós não podemos pactuar com o Executivo que flexibiliza, afinal de contas, dá aí grandes distribuições de isenções para grandes empresários, mas que criminaliza trabalhador. Que coloca trabalhador no olho da rua! Afinal de contas foi esta Casa que pactuou com a demissão dos trabalhadores. Nós não podemos pactuar com a demissão de mais duzentos trabalhadores! Nós vamos engrossar a sinaleira com mais trabalhadores vendendo bala? As nossas crianças, as filhas desses trabalhadores, vão ir para aonde? É mais uma, são mais meninas para conviver com a pobreza menstrual? A gente tem falado muito aqui, neste cotidiano, são mais crianças para conviver com a fome! Eu, com todo respeito aos meus colegas, acho que está na hora de colocar a mão na consciência, porque essa emenda, ela dá conta de resolver o problema do projeto; ela dá conta de equilibrar, porque afinal de contas, que trabalhador e trabalhadora tem mais direito que outro? Nós não podemos criar uma contradição de quem é melhor e de quem é pior. Qual o critério de quem é melhor e de quem é pior? Qual o critério da gestão? Os que tão aqui que se manifestando? Eu sou favorável à defesa do trabalho, ao exercício pleno da democracia.

Afinal de contas, o que vocês vêm fazer aqui é direito de vocês! Vocês têm o direito de estar aqui. Parabéns para vocês, que estão lutando pelos seus empregos e pelas famílias de vocês.

Eu queria aqui manifestar a nossa defesa desta emenda, porque afinal de contas, eu sou mãe, tenho uma filha de 17 anos, seria muito triste conviver, enfrentar um Natal convivendo com o desemprego. Acho que está na hora de os vereadores, das

vereadoras - que também são mães, que também são pais, que também sabem que a cidade vive um dia, momentos tristes - aprovarem essa emenda.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda n.º 08, destacada, ao PLCE n.º 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 15 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda n.º 08 ao PLCE n.º 029/21.

Em votação a Emenda n.º 09, destacada, ao PLCE n.º 029/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha a sessão, queridas agentes de saúde que estão aqui olhando essa vergonha; é uma vergonha ver parlamentares votando contra o povo; finalizando o ano legislativo, tirando empregos. Não dá para entender! A Prefeitura nadando no dinheiro. São R\$ 400 milhões no RecuperaPOA; pelo Fundeb, a secretária de Educação não sabe onde vai colocar o dinheiro; os repasses, depois que detonaram o IMESF, dobraram para iniciativa privada, mas não tem dinheiro para pagar o que deve do vale-alimentação atrasado dos servidores – vale-alimentação, o direito sagrado a comer enquanto trabalha. Não, para eles, vale-alimentação, não! Todos os servidores da Prefeitura estão há 6 anos sem reajuste salarial, nem o vale-alimentação o prefeito Melo quer honrar. Pega o mau exemplo, pega o exemplo do calote, isso é calote, não tem outro nome, é o governo do calote: deve e não paga. Ele acha bonito governar contra a saúde. Não adianta colocar médico como secretário da Saúde, indicar fulano, beltrano, inclusive a Secretaria de Saúde está fatiada, tem um naco de cada um lá, chega lá tu não vês, não sabe quem é quem. Este foi um ano de puxação, de um lado para outro, isso prejudica a Saúde, a saúde pública precisa de gestão, precisa de integração. Esses servidores trabalharam, essa emenda é para pagar o que eles já fizeram. Imaginem, o empresário vai lá e trabalha, e a Prefeitura resolve não pagar: “Não vou pagar, vou dar o calote”. Os grandes empresários da capital não ganham calote, mas vocês estão ganhando calote no vale-alimentação. Não dá, essa emenda é para o prefeito pagar o que deve, o governo pagar o que deve, mas o governo... É o que eu estou sentindo aqui, reprovaram a emenda anterior para garantir um mínimo de agentes. Já falei e vou repetir: Porto Alegre tem a necessidade de 2 mil agentes, e tem unidade de saúde que vai ter um. Pergunto: o que faz um agente de saúde em uma unidade com 4 mil usuários? Nem que ele fosse um super-herói para conseguir visitar todo mundo, acompanhar todo mundo,

fazer todo o processo de atenção aos usuários do SUS; não tem como, é inviável! A gente tem que começar a respeitar a legislação. A legislação é clara e diz: 750 pessoas para cada agente comunitário. Vocês estão economizando com a saúde do povo. Eu acho engraçado que para mandar dinheiro para as empresas privadas, vocês não economizam, vocês deram um canetaço lá na Secretaria de Obras e se foi 14% de reajuste para os contratos – contrato de CNPJ, CPF, não; para CPF é calote. Eu acho um desrespeito, quero dizer ao prefeito, me dirijo ao senhor, neste momento: seu salário chega todo mês, assim como o dos vereadores; todo o mês é depositado na conta. Os vereadores ganham quase R\$ 15 mil, cai na conta, e estamos pedindo para cair na conta o vale-alimentação atrasado desses servidores! Eles já trabalharam, por favor, tenham consciência; nós, vereadores, temos que ter essa consciência, nós recebemos, todo mês, R\$ 15 mil do erário, e estamos pedindo o vale-alimentação de R\$ 400,00 por mês, para quem trabalha todo dia na periferia, faz das tripas coração. Olha o preço que está a comida na rua, gente, no supermercado, é caríssimo! O poder de compra foi reduzido, ajudem pelo menos a pagar o retroativo para esses servidores e servidoras, já que vocês querem demiti-los. Por favor, consciência e “não” às demissões.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 029/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores, público que está nos acompanhando, de modo especial os trabalhadores da saúde. A Emenda nº 09, quando nós apresentamos, nós lembramos da história da criação do IMESF, quando, lá no governo Fogaça, em função dos inúmeros problemas que aconteceram com a Sollus, foi discutida a constituição de uma empresa pública, de direito público ou privado. O governo queria de direito privado, e nós apresentamos um substitutivo para ser de direito público. Perdemos a disputa, naquela ocasião, por isso achamos, até hoje, que o IMESF era inconstitucional, e houve a liberdade das entidades sindicais tocarem adiante o processo. Naquele dia, naquele momento, o prefeito atual, Sebastião Melo, era vereador. Ao perdermos o projeto de lei da empresa pública com direito público, no outro projeto do governo nós apresentamos 15 emendas, este vereador, e uma delas era o vale-alimentação, porque o projeto original não previa o vale-alimentação. Todos aprovaram, por unanimidade, a constituição do vale-alimentação, naquela ocasião, e os trabalhadores passaram a ter o direito ao vale-alimentação.

Depois que o governo passado começou a perseguir os trabalhadores da saúde, com a discussão da extinção do IMESF – que até hoje não foi extinto, através do recurso *amicus curiae* que ainda está em julgamento, e isso é real, porque 17 servidores já foram reintegrados, então tem muita gente aqui, colegas, que tem um discurso deslocado, eles têm que, primeiro, saber o que está acontecendo –, grande parte desses

trabalhadores passaram a não receber o vale-alimentação. Os sindicatos judicializaram, ganharam na justiça, assim mesmo, os que não receberam durante dois a três anos, ainda não receberam, tiveram que pagar o almoço. Alguns ganhavam, outros não. Eu diria que é uma parte do salário, o vale-alimentação. O governo criou um enorme problema para ele mesmo, porque, uma vez judicializado, é óbvio que ganharão com juros e correção monetária; o sindicato entrou na justiça e ganhou, a partir daquele momento, da decisão do juiz, e aquele espaço que não foi recebido, até hoje não receberam! Aqui está a emenda para repor essa injustiça criada pelo atual governo. As pessoas não leem o projeto, não leem as emendas, por isso não discutem, não conhecem a matéria! Essa é a verdade!

Nós queremos repor parte da dignidade de um recurso perdido por incompetência de uma gestão deslocada, irresponsável, que vê na saúde uma forma de ganhar dinheiro, ou não? Os prestadores atuais ganham de que forma? Por prestação de serviço, ganham por procedimentos efetuados, enquanto nós defendemos um serviço público, porque tem que ser ampliado, qualificado para todos, porque o Sistema Único de Saúde tem portas abertas, para valorizar o servidor público, mas a população também elege muitas pessoas, inclusive este governo – e não foi por falta de aviso – que ia seguir as políticas do governo anterior. Está aí, está claro aí. Depois querem que nós não nos indignemos, mas quem não se indigna e fica em cima do muro não devia estar aqui, devia estar em outro lugar, seguindo sua vida, buscando felicidade em outro lugar, mas não prejudicar tanta gente, como hoje, que estão demitindo 214 trabalhadores, como aconteceu em outras ocasiões, com os cobradores, com os próprios trabalhadores do IMESF. Essa é a nossa indignação!

Portanto, não votar nessa emenda é negar a dignidade de quem, de direito, tinha que receber o recurso e não recebeu. Lamentavelmente, mais um grande equívoco desse governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 029/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio. Eu vim, de novo, apelar aqui. Eu estou numa linha de, como eu reconheço qual é a relação de forças na Câmara, já sei que nós temos uma minoria defendendo a ideia de saúde pública e uma maioria defendendo uma concepção de saúde terceirizada, privatizada, apesar dos riscos que, na história recente do País, se percebeu em todos os esquemas de terceirização na área da saúde, sobretudo os resultados de corrupção que envolvem a privatização da saúde. O Ver. Pedro Ruas trouxe o caso da Sollus, foi aqui em Porto Alegre, nós tivemos um caso em Canoas; o Brasil inteiro tem exemplos de corrupção generalizada na área da saúde, com os esquemas de terceirização. Eu não vou tirar conclusão de que esse é o objetivo do governo ao defender esse projeto, mas eu

não tenho a menor dúvida de que a consequência será essa, porque a saúde encarada como negócio tem, quase que inevitavelmente, a consequência da corrupção. Eu quero apelar para vereadores que se dizem muitas vezes interessados nas pessoas, sinceramente, Ver.<sup>a</sup> Cláudia... Nós tivemos na votação anterior um resultado de 19 a 14; 19 a 14! Eu não pude ver quais foram os 14 que votaram pela incorporação do conjunto dos servidores, nesse caso. Eu gostaria de acreditar na possibilidade de que nós tenhamos mais vereadores que coloquem a mão na consciência e garantam que a lei seja cumprida. Em tese os vereadores deveriam servir para isso, para lutar pelo direito, para fiscalizar a lei. E os trabalhadores da Saúde estão sem o direito ao vale, foi cortado o vale, vai se ganhar na Justiça depois. Então é quase uma política de crueldade do governo, de castigo. Por que o castigo? Porque os trabalhadores da Saúde ousaram se mobilizar, faz mais de dois anos que estão se mobilizando. Então, como ousaram se mobilizar, quem sabe então vamos cortar até o vale. Então é uma política; manter essa política, não votar essa emenda equivale a aceitar uma indecência. Por isso que eu apelo aos vereadores, como o Cassiá, a Mônica, não só o Ferronato que em muitos momentos pode votar conosco, para que se tenha uma maioria que garanta o pagamento do vale, porque é o mínimo. Se esta Câmara, também nisso, der um cheque ao governo Melo, de verdade, esta Câmara não tem muita razão de continuar existindo como Câmara independente, porque nós viraremos um cartório para, simplesmente, legitimar as decisões do Executivo. Espero que no final do ano a Câmara não dê a demonstração de que quer se converter num cartório para legitimar o governo e abrir mão de ser um órgão independente que fiscaliza, que cumpre as leis e que defende, minimamente, os interesses públicos da cidade. Por isso que eu apelo pela aprovação dessa emenda.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 15 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda nº 09 ao PLCE nº 029/21.

Em votação a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós estamos aqui tentando reduzir danos e qualificar as estruturas públicas, o governo parece que não quer. As emendas são paliativos, a emenda que garantia todos os empregos que aí estão, vocês negaram, foram contra, faltaram quatro votos. Mas

agradeço os 15 vereadores, sensíveis à pauta dos trabalhadores, que estão votando nas emendas. Agora acabei de presenciar uma cidadã dizendo que o Ver. Mauro Pinheiro foi na porta dela pedir voto, e agora está aqui o voto do Ver. Mauro Pinheiro contra os agentes. Isso é engraçado! É engraçado! Mas isso é uma prática da velha política, a política antiga. Na eleição é beijinho, beijinho; no plenário, é tchau, tchau. Essa é a realidade, essa é a vergonha deste Brasil, das pessoas que se negam a construir política pública, viram as costas para os servidores públicos. Eles têm ódio ao servidor que constrói a cidade. Menos ódio, mais amor por quem trabalha por Porto Alegre. Aí bate no peito e diz “eu trabalho, eu trabalho”. Trabalha contra o povo, vota contra o povo, vota contra a população, tira direitos e concede incentivos ao alto empresariado. Esse é o voto da velha política, a velha política que nega que os trabalhadores têm que ter um mínimo de dignidade e esta emenda é para garantir mais dignidade. Que conte, sim, o tempo de IMESF para vocês. Tem que contar. Como que não vai contar o tempo do IMESF? Tem que contar. É importante todo tempo de serviço público das pessoas ser considerado. Vocês querem esquecer o passado? Não dá para apagar o passado. Não dá. Então eu queria pedir aqui, um apelo, líder Cecchim, que esta emenda seja aprovada, que o tempo seja considerado. Ela retira o parágrafo único do artigo 9º, isso é fundamental para garantir o mínimo. Vejam bem, porque a tristeza maior está acontecendo neste momento, hoje a Secretaria de Saúde que era para estar nomeando servidores, porque a população só aumenta e o número de postos não, eles estão demitindo servidores. Eu não consigo entender, não me entra na cabeça essa matemática neoliberal, violenta contra a trabalhadora, contra o trabalhador. E aí eu falo: não é contra os agentes que vocês estão votando, vocês estão votando contra Porto Alegre. Eu sei que muitos aqui não têm vínculo com quem trabalha, têm vínculo com quem explora, com quem paga pouco. Nós presenciamos muita coisa errada na política, mas para a política mudar, cidadão e cidadã, os representantes do povo têm que obedecerem ao povo e não obedecerem aos governos simplesmente. Mas o que é isso? Eu retomo aqui a cobrança que eu fiz anteriormente, foram eleitos pelo povo ou eleito pelo Melo. Que eu saiba são dois votos na urna, um voto para prefeito e um voto para vereador. Parece que votou tudo junto, parece que votou no listão do Melo, e não foi. Tinha gente aqui que era de outro candidato, que, inclusive, era o governante do momento, e depois, no outro dia, dia 16 de novembro, já estava misturado. Mas então não tinha nitidez, não tinha diferenciação. Um deles era até líder no governo. Eu acho que este projeto que o Sebastião pegou do Marchezan é muito ruim, de acabar com o IMESF, de atacar servidor público, de privatizar, terceirizar. Isso não deu certo em vários lugares, não dá certo! A gente sabe, está aí o escândalo que aconteceu na assistência social, que agora está lá a Polícia Civil tendo que gastar dinheiro da Polícia Civil. Os policiais civis estão tendo que ir lá investigar, porque terceirizaram a assistência social e deu treta. Agora está Polícia Civil que poderia estar investigando outras coisas no Rio Grande do Sul, está lá, perdendo tempo, porque resolveram fazer a terceirização, que dá errado. Ela é promíscua! Não façam isso, permitam que esses servidores continuem prestando um bom serviço à população, são concursados, vamos defender a saúde, vamos ter consciência com essas mães e pais de família que estão ficando sem emprego. Para

concluir, por favor, não tem emprego para todo mundo e vocês estão fechando postos, quando a Prefeitura tem dinheiro em caixa. A Prefeitura gasta pouco mais de 40% com recursos humanos, nunca antes na história de Porto Alegre se gastou tão pouco com RH. Nomeiem mais. Nós precisamos de mais agentes. Vocês vão ver, está sendo um grande erro esse projeto, vocês vão ver logo ali. É uma tristeza essas pessoas qualificadas estarem perdendo emprego, eu não queria que isso acontecesse. Nós estamos lutando para sensibilizar os colegas. Espero que até o final eles tenham consciência e votem com os agentes, votem com a Saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Três minutos V. Exa. está devendo para a próxima intervenção.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 029/21, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim, em exercício; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. A Emenda nº 10 diz, resumidamente, que, ao estabelecer a nulidade – o projeto de lei estabelece a nulidade do tempo de serviço para aqueles que estão sendo absorvidos agora, então, esta emenda trata também de quem vai continuar – do tempo em que empregados públicos prestaram serviços da mesma natureza e, com os mesmos critérios propostos no PLCE, é exercida uma grande injustiça com os trabalhadores e trabalhadoras. Por que isso? Vocês se lembram muito bem, senhores e senhoras que estão acompanhando a sessão, trabalhadores que estão aqui, que, ao longo desse tempo, as senhoras e os senhores ganhavam anuênio ou triênio ou quinquênio. Não é isso? Para esses trabalhadores, 351 Agentes Comunitários de Saúde, como prevê o projeto de lei, mais 81 Agentes de Combate às Endemias, vai ser zerado o tempo de trabalho – olhem a injustiça. Qualquer ação importante, chamo aqui a responsabilidade dos sindicatos, é óbvio que vai ganhar no Tribunal Regional do Trabalho, pois o projeto de lei está zerando – vocês, que estão sendo absorvidos, cidadão e cidadã – o tempo que trabalharam no Programa de Saúde da Família, para não pagarem o anuênio, o triênio e o quinquênio. É uma grande injustiça: é ou não é? É uma forma de economizar, segundo o governo, ou entregar tudo para a iniciativa privada, ou precarizar o serviço público, perseguindo o direito dos trabalhadores conquistado ao longo de 20 anos, mais. Será que a base do governo vai ter coragem de votar contra esta emenda? Será que vão votar contra? É como eu disse antes, não leem o projeto, não leem as emendas, chega na hora de votar não sabem o detalhamento do conteúdo que ora estamos discutindo. E aí, muitos deles, quando vêm aqui falar, não falam o que essencialmente estamos tentando devolver aos servidores e às servidoras que é a sua dignidade. Ou os senhores acham que trabalhando 20 anos, um projeto de lei votado por dois, três vereadores que têm

maioria aqui na Casa, vai tirar o direito do cidadão, trabalhador da saúde, por mais de 20 anos? Essa que é uma grande injustiça, diga-se! Por favor! Lamentavelmente tem gente que vota sempre pela base do governo, comprometidos com o governo, comprometidos como nunca. Eu nem quero dizer o que a gente fica sabendo, mas um projeto dessa natureza, tirando direito conquistado ao longo de muito sacrifício é como se dissesse aos trabalhadores: vocês não têm direito à vale-alimentação e os demais, da iniciativa privada, têm. Os senhores não têm direito à aposentadoria, mas os demais têm. Cá para nós, pessoal, vamos restabelecer a justiça, essa que é a verdade! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 12 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 10 ao PLCE nº 029/21.

Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Eu estava vindo falar e fui interpelada por um colega aqui, perguntando: pô, vamos acelerar. Difícil acelerar sem a gente poder debater pontos, proposições que nós trazemos aqui para mitigar os efeitos deste projeto. Alguns colegas, agentes de saúde, saíram daqui triste, foram demitidas no dia de hoje, véspera de natal, vêm para cá para acompanhar o debate na Câmara e acompanharam, na verdade, desde o turno da manhã, quando nós debatíamos outro projeto, mas em algumas intervenções mencionávamos este projeto que é estratégico, com uma série de deboches, enfim, questões. Portanto, é dever nosso não só pela nossa tarefa parlamentar de poder esmiuçar os temas, quanto conseguir, inclusive, justificar para quem nos acompanha, tanto aqui quanto em casa, quem vai ver as consequências dos nossos debates, as nossas posições, virmos aqui afirmar as nossas posições. E é isso que nós estamos fazendo nesta tarde. A nossa Emenda nº 11 é uma emenda que visa, principalmente, a proteger os trabalhadores e as trabalhadoras para que não sejam cedidos, administrados por organizações, por OSs. É muito importante que a gente aqui reforce mais uma vez a perspectiva de insegurança que o projeto, que é perspectiva de avanço às terceirizações, traz para os trabalhadores e trabalhadoras, não tendo, muitas vezes, sequer a segurança de que terão suas garantias trabalhistas executadas na plenitude daquilo a lei exige e lhes coloca. Temos vários exemplos como esse,

inclusive, votamos recentemente aqui na Câmara em relação, por exemplo, ao tema da educação, a questão das trabalhadoras e trabalhadores dos contratos emergenciais. Nós vimos como empresas como a Multiclean, entre outras, levam esses trabalhadores e trabalhadoras a um cenário de insegurança extremamente profundo. Portanto, para nós, não é só uma questão constitucional de proteção aos trabalhadores para que eles não sejam gestados, administrados por uma OS, como uma questão também de uma visão sobre a saúde, de um freio sobre as terceirizações. Então, aqui pedimos, mais uma vez, o apoio dos colegas para que nós possamos aprovar uma emenda que visa a proteger os trabalhadores e trabalhadoras. Para nós não é cansativo que, no dia 20 de dezembro, a gente ainda esteja debatendo, se a causa for cara. E essa causa de defesa da saúde pública e defesa dos trabalhadores e trabalhadoras nos é cara. Por isso, nós nos dedicamos a fazer diversas emendas no sentido de proteger aqueles e aquelas que bravamente defendem e constroem a nossa saúde pública diariamente. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 13 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 11 ao PLCE nº 029/21.

Em votação a Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 029/21 (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, trabalhadores e trabalhadoras da saúde, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão. A Emenda nº 13 trata, única e exclusivamente, dos agentes comunitários de endemias. Agente comunitário de endemias, para quem não sabe, são os trabalhadores da saúde que trabalham no combate à dengue. É uma política federal e os municípios deveriam se preocupar um pouco mais – e não é diferente em Porto Alegre – com relação ao aumento de servidores para combater a dengue. O governo atual, neste projeto de lei, está absorvendo 81 agentes comunitários de endemias. Acontece que foi feito um concurso público para 33 vagas, quer dizer, se tu não crias as vagas, não há como chamar os concursados, a não ser que estes cargos, os 81, fiquem em vacância, à medida que ficam em vacância, você chama os concursados. Como há falta de servidores para combater a dengue em Porto Alegre – e tem um concurso vigente que tem 33 servidores aprovados – nós estamos dizendo ao governo, Ver. Cassiá, que tem que abrir as 33 vagas. Seria o mínimo do mínimo, se o

governo fosse um pouco responsável! Isso é uma grande injustiça de novo! Você está dizendo que vai absorver um número X, mas tu sabes que esse número não tem como dar cobertura em toda cidade, então, você fez um concurso e não chamam, porque não tem vaga. E nós estamos dizendo que tem que criar as vagas para chamar os concursados. Mas eu não ouço nada do governo. Por favor, nós já estamos exaustos de tanto falar aqui, mas é lamentável, a gente tem que vir, a cada emenda, para dizer a verdade – essa que é a verdade – e implorar para que a base do governo se sensibilize. Por favor, vamos ter um pouquinho de parcimônia e dizer para o governo que ele precisa fazer uma gestão para todos num Sistema Único de Saúde que funciona e que é a portas abertas. Vamos dizer a esses trabalhadores que fizeram concurso que eles têm o direito de ser chamados, sim. É um direito deles. Ou vão ficar esperando anos e anos. Vai vencer o concurso público e não chamam, vai ser aquela briga para renovar, que nós sabemos, por dois anos e depois mais dois anos. Por favor, vamos ter um pouco de sensibilidade, quem sabe, na última emenda, para votar favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 029/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Quero, neste encaminhamento, me dirigir às pessoas, aos cidadãos e às cidadãs, que utilizam o sistema público de saúde de Porto Alegre. Vocês, muitas vezes, não sabem como é feita a política. Vocês votam na eleição e não tem tempo para acompanhar o trabalho daqueles que vocês ajudaram a eleger. E tem gente que diz que é a favor do povo, mas vota diminuindo o número de cargos de ocupantes de servidores na estrutura pública. Vocês que vão, com certeza, sofrer com falta de água, no Extremo-Sul, na Lomba, este ano, lembrem-se que, mesmo o governo arrecadando altas taxas, nem todos conseguem ter o seu serviço restabelecido, porque eles fecharam muitos postos de trabalho no DMAE. Como quando você vai no pronto atendimento Cruzeiro do Sul, que está um caos, e demora oito, dez horas para ser atendido. Outro dia eu fui lá, uma cidadã me chamou, tinha uma senhora de 81 anos, que chegou às dez da manhã, e já eram dez da noite, e ela não tinha sido atendida; uma senhora com Alzheimer, sentada, aguardando atendimento. Porque, no pronto atendimento, pelo contrato da empresa, era para ter seis, sete médicos, mas tinha apenas dois trabalhando. E quem fiscaliza esse contrato? É o prefeito, é o secretário de saúde. Eles querem contrato temporário, mas sequer conseguem fiscalizar. Eles não querem é o servidor de carreira, o trabalhador concursado, eles não gostam, porque o trabalhador concursado não deve favor a ninguém. Ele atende o povo, mesmo com estrutura sucateadas, como são os postos de saúde, com computadores velhos. Isso eles não renovam. São postos de saúde sem climatização na recepção, fazendo com que a população derreta no calor, sofra e passe mal. População doente vai procurar atendimento e fica pior ainda, porque o atendimento, muitas vezes, é desumano, porque

o espaço não é pensado para população, é qualquer coisa. Até hoje nós temos muitos postos de saúde que era residências, e esses agentes estão lá fazendo a luta, diariamente, para garantir o mínimo para a população, que é a prevenção. Quem não conhece o SUS não sabe o que é um posto de saúde – unidade de saúde é o correto, mas a gente usa o termo posto porque é o que a população fala. A Unidade de Saúde e o Programa Estratégia Saúde da Família é para prevenir para que as doenças não se propaguem, para que a população não desenvolva doenças mais graves, para que o SUS possa economizar dinheiro. Um agente a mais significa uma grande economia do dinheiro público em saúde, porque ele vai de casa em casa ver se as pessoas estão fazendo seu tratamento correto, ver se estão tomando corretamente os medicamentos, ele acompanha a gestante, acompanha a criança pequena, vê a carteira de vacinação, ele vê quem é hipertenso, ele vê quem é diabético para o diabético não acabar na alta complexidade do hospital, gastando dinheiro público com leito. Porque depois que o diabético desenvolve gravemente a doença ele vai ter que amputar membros, vai ficar cego. É isso que acontece. Então, vocês estão ajudando, hoje, com essa destruição dos cargos de agentes, as doenças a se proliferar na cidade. Essa é a verdade, e vocês vão ver que nós vamos colher péssimos frutos no futuro. Nós, no futuro, estaremos votando, aqui, com certeza, a ampliação de cargos de agentes, mas aí muita gente adoeceu, muita gente com certeza morrerá. E isso é triste. E é contra isso que eu quero pedir a sensibilidade dos colegas para a emenda, aprovem essa emenda e garantam que esses servidores continuem conosco. Nós precisamos de muito mais, mas eu sei que o projeto não prevê isso. Entretanto, garantam minimamente esses, sejam sensíveis à causa do povo, sejam sensíveis ao IMESF, ao trabalho de saúde pública, votem com o povo uma vez neste ano, pelo menos, uma vez é o que eu peço para vocês. Votem contra esse projeto e votem a favor dessa emenda...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel e pelo Ver. Cassiá Carpes, a Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 14 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 13 ao PLCE nº 029/21.

Em votação o PLCE nº 029/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente na presidência dos trabalhos, Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; público que nos assiste, servidores do IMESF, servidoras. O projeto é muito ruim. O projeto, Ver. Ferronato, nos coloca na seguinte situação – eu sei que V. Exa. pensa diferente, respeito, nós somos os mais antigos em mandato da Casa, daqui a pouco já vem o Cecchim perto de nós –, ao votar "sim" neste projeto, nós estaríamos, não vai ser o nosso caso, dando um aval, legitimando, Ver. Oliboni, do ponto de vista legal do nosso voto, da nossa representatividade dos nossos partidos, endossando a demissão de 200 trabalhadoras ou trabalhadores. É isso que nós estaríamos fazendo, e nós não vamos fazer, porque o projeto é isso, ele existe por que o governo municipal não tinha qualquer alternativa a não ser ter o projeto com 351 vagas para receber a verba federal, e continuará a receber. Foi medido, foi contado na proporcionalidade com as vagas que terá na iniciativa privada, pelo TAC assinado com Ministério Público, mas o projeto, o que ele é mesmo, é um projeto de demissão, de exonerações. Eu quero aqui abrir um parêntese, só para lembrar aos colegas e principalmente a quem nos assiste, é que o governo, sistematicamente, manda para cá projetos para isentar algum setor empresarial de pagar tributos. Eu sempre denuncio aqui na tribuna, sempre me manifesto e digo que isso é renúncia fiscal, e é! Isenta? Não. Estão precisando? Não. Não faz diferença, geralmente grandes. Aquele famoso caso do RecuperaPOA, que beneficiou o Bradesco e o Ronaldinho Gaúcho, foi inacreditável. O RecuperaPOA foi isso. Mas não fosse aquilo, talvez não precisasse demitir esses 200, talvez não precisasse. Quando a gente fala aqui: nós queremos receita para o Município, nós somos contra renúncia fiscal, nós não aceitamos as isenções sem critério, é porque vai faltar dinheiro. Vai faltar e agora está faltando para contratar 200, que vão fazer enorme diferença na saúde das pessoas das famílias em Porto Alegre. Essa é a circunstância que nós temos que analisar, por isso votamos contra o projeto, porque ele é a contradição em si, ele é a pura contradição! Ele parece que é uma criação de vagas e não é, ele é um aval para demissões. Ele é o começo das exonerações dentro da lei homologada pelo Legislativo, e isso nós não vamos fazer. Isso nós não vamos fazer, porque nós vamos questionar isso. O conjunto do que ainda precisa ser questionado na justiça, nós vamos fazer, e de que maneira nós vamos fazer? Mostrando exatamente que no projeto nós votamos contra. Eu não quero passar do meu tempo, mas queria deixar bem clara essa mensagem. Eu agradeço, Presidente Idenir Cecchim, este tempo de tribuna, a preferência que tive, inclusive, em relação às demais inscrições e concluo encaminhando contrariamente ao projeto. O nosso voto é contra isso, que não é uma criação de vagas, é uma legitimação de demissões. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 029/21.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Presidente Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que está conosco. Eu protocolei essa emenda visando atender às demandas judiciais trabalhistas, que serão massivas, nós sabemos disso, em relação à inconstitucionalidade da legislação que criou o IMESF. Definida pelo STF nos últimos anos, com a notícia da extinção do IMESF, a quantidade de processos judiciais trabalhistas cresceu bastante, e existe uma tendência a aumentar ainda mais com a efetiva extinção do IMESF. Os funcionários da administração do IMESF possuem domínio sobre os aspectos administrativos aplicáveis aos funcionários demandantes dos processos judiciais, proporcionando informações necessárias para defesa do Município, do IMESF nesses processos, sejam administrativos, financeiros, de controle. Esses funcionários possuem domínio sobre os documentos e informações, sendo que sem eles à disposição o Municípios estará sempre correndo o risco de ser condenado extremamente devido à falta de subsídios tratando impactos financeiros relevantes às indenizações. São esses funcionários que têm o conhecimento histórico do IMESF e sabem onde buscar os documentos, informações e quesitos para subsidiar as despesas. Também são esses funcionários que possuem o conhecimento financeiro e realizam a assistência técnica contábil, auxiliando na produção e impugnação dos cálculos de liquidação de processos judiciais trabalhistas. Na verdade, eu fui procurada pelos administradores, pelos técnicos, pelo contador do IMESF, pela parte administrativa, que solicitaram que nós encaminhássemos essa emenda para que eles permanecessem e pudessem colaborar com esse processo. Foi feita uma conversa com o governo, junto com vereadores da base, para que fosse aprovada essa emenda, mas no início a ideia era que não fossem todos, e eu solicitei que fossem os oito administrativos, que foram os que ficaram, porque eles têm esse conhecimento, e alguns vereadores de base concordam, outros não concordam, e eu acho que isso faz parte da democracia, mas eu gostaria de pedir aos colegas que ponderassem essa Emenda nº 07, porque eu acho, sim, que o administrativo, o contador, o financeiro, são extremamente essenciais neste momento em que o IMESF está sendo extinto. A princípio é isso aí, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 029/21.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Nós, definitivamente, estamos aqui numa encruzilhada, mas eu vou começar falando sobre a emenda de minha autoria, a Emenda nº 12. Eu estava ouvindo o Ver. Aldacir Oliboni falando sobre a sua Emenda nº 13, por isso que eu não destaquei a 12, porque, na verdade, existem 112 vagas, cargos do pessoal que trabalham na área, e o governo está chamando 81. São 33 aprovados, 112 menos 81, nós vamos ter 31. Como existe alguns diversos que já estão aprovados e que estão sendo chamados, há, sim, espaço para chamá-los com esta Emenda nº 12. Portanto, mesmo que eu saiba que o pessoal está votando contra as emendas, mas era

importante, e vamos pedir a votação favorável. Com relação à manifestação do Ver. Pedro Ruas, eu quero dizer que concordo que, na verdade, algumas das emendas precisavam ser aprovadas, não foram. Então nós temos dois olhares para o mesmo problema: se votarmos "sim", nós estamos autorizando a contratação, o chamamento de 432 servidores, Oliboni; estamos contratando 351 mais 81, totalizando 432. Se de um lado não se aprova porque perdemos a sua emenda no chamamento, ao menos chamamos 432. É por isso que eu vou votar favoravelmente à emenda da Cláudia, como votei favoravelmente às outras, e favoravelmente ao projeto. É isso aí, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 029/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saudando aqui o nobre vereador, presidindo na mesa dos trabalhos; colegas vereadores, vereadoras, cidadãos, cidadãs, profissionais da saúde que acompanham esta sessão nesta tarde. Hoje nós percebemos aqui que o governo atual, do ex-vereador Sebastião Melo, acaba de contradizer tudo que ele fez enquanto ele era vereador aqui na Casa. O Ver. Sebastião Melo ia conosco nos postos saúde, ia conosco nas comunidades de Porto Alegre e cobrava muito essa questão do serviço público e do Sistema Único de Saúde. O nobre vereador se tornou deputado, agora prefeito e inverteu a sua posição política de atuar, agora no Executivo, de uma forma, eu diria, desigual do que ele apresentava enquanto vereador de Porto Alegre. Assumiu uma pauta capitalista, essa que é a grande verdade, uma pauta de privatização, de terceirização, de entrega do serviço público. Ao se comprometer com esse segmento, entrega o que é mais sagrado para a população, um sistema que é público, que não fica atendendo ou não atendia antes por cota, por produção, e que passou, à medida em que foi terceirizado, a ser atendido dessa forma, determinando, por ficha ou por procedimento, o número de pessoas que são atendidas. E mais do que isso, quando terceirizaram os postos 24 horas da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, olhem quem ganhou a licitação, uma empresa que até hoje não cumpriu com o que estava preconizado na própria licitação, isso dito por eles mesmos, aqui numa audiência pública na Câmara. Mas o governo continua entregando a função pública para o privado, tanto Marchezan como o Melo demitiram centenas ou milhares de pessoas ligadas à saúde, à educação, à assistência e continuam felizes da vida na ideia de entregar o que é a função pública. Hoje, nós, aqui, enquanto oposição e a bancada do PT, com certeza bancada do PSOL e do PCdoB, mais uma vez saímos decepcionados com o governo, e não é diferente; sempre no final do ano, no apagar das luzes, o governo vem com uma enxurrada de projetos, tencionando a sua base, tencionando a oposição para apressar o passo porque querem votar tudo, tudo no final do ano, muitos deles com audiências públicas no relâmpago, com poucas pessoas, sem divulgação e sem acatar nenhuma sugestão do que foi discutido na audiência pública. Hoje, mais uma vez, é uma enorme decepção perceber que esse governo não é nada democrático, pelo

contrário, esse governo é maquiado de ser democrático, porque, cá para nós, algum vereador da base poderia vir aqui dizer que algo foi democrático e acatado sugestão da comunidade ou de um segmento que se sente precarizado ao não ser reconhecido nas suas conquistas ao longo de uma década, como é o caso atual de hoje.

Nobre prefeito Sebastião Melo, V. Exa. tem que mudar, tem que governar também para os pobres. O seu governo é que nem o Marchezan: não gosta de pobre e de trabalhador. O seu governo é irresponsável quando entrega um serviço público para o privado, Ver.<sup>a</sup> Nádia, V. Exa. sabe do que eu estou falando, e a senhora, neste momento, é líder. É uma decepção e é um grande declínio das lideranças dos governos, porque não que dialogaram essencialmente com a base da oposição. Simplesmente não falam e não acatam decisões e nem mesmo emendas importantes apresentadas pela oposição.

Olha só o que vai acontecer logo em seguida, Ver. Idenir Cecchim, vai ser acatado, junto com o projeto de lei, uma emenda da nossa colega, possivelmente, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, e eu não podia deixar de falar. Se os senhores acham que é justo, ex-vereadora Sofia e hoje deputada, aceitem uma emenda para absorver seis trabalhadores da administração, e não aceitem uma emenda para absorver todos que estão trabalhando, isso é justiça? Isso é uma pequena partezinha de alguns trabalhadores que têm esse direito de serem absorvidos, mas não que tenha sido absorvido a justiça que nós defendemos em todos os trabalhadores.

Fica aqui o nosso repúdio, enquanto bancada do Partido dos Trabalhadores, porque o governo ou muda de posição, ou, o ano que vem, se preparem, porque o debate vai ser mais acentuado, não que este ano não tenha sido. O nosso líder, Ver. Pedro Ruas, com grande mérito de experiência da Assembleia e da Câmara, mas nós continuaremos esse debate e vamos encher o plenário para nominar um a um dos vereadores que não corresponderam com a urna e com o que prometeram aos trabalhadores, como aconteceu aqui no plenário no dia de hoje. Justiça seja feita, este governo não fez justiça em 2021. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em homenagem à deputada estadual Sofia Cavedon, lhe concedi três minutos a mais, vereador, para descontar no próximo tempo. Saudação, deputada Sofia. Tivemos grandes embates democráticos aqui nesta sala.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 029/21.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudar o Ver. Idenir Cecchim, comandando os trabalhos; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Imaginem se a democracia não fosse assim! A democracia, de que tanto o Ver. Oliboni fala, é a que permitiu ele estar falando, desde manhã até de tarde, a mesma coisa, o mesmo discurso com a mesma raiva, e é a democracia, nós temos que aturar o Ver. Oliboni gritando de manhã, gritando de tarde, mas não sabe perder. Vai perder de novo! Vai perder de novo.

Mas vamos à emenda, que é o que me interessa. Esta emenda tira a minha coerência, ela líquida com a minha coerência. Eu estou acreditando num projeto do governo, aí entra uma emenda que estabelece e dá prioridade a oito pessoas. Não, não vou votar. Peço à base do governo que não vote essa emenda. Vamos manter a coerência. Vamos manter a coerência! Eu fico com a dúvida se a Claudinha está do nosso lado ou se está do lado de lá, e me parece que ela está do lado de lá, e do lado de lá não é o que nós queremos. Nós estamos aqui para votar o projeto do governo.

Esta emenda descaracteriza, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, desculpe, é só uma questão da emenda, não é pessoal, mas ela descaracteriza o projeto do governo, e, se descaracteriza o projeto do governo, eu não posso votar, porque eu venho mantendo uma coerência, indo contra as emendas da oposição, que são só para poluir, só para engessar o projeto. Aí não é mais o projeto do governo. Então eu peço à base que nós, neste momento, continuemos na nossa linha de rejeição de emendas que não vão beneficiar o projeto e que vão simplesmente engessar. Voto contra a emenda da Ver.<sup>a</sup> Cláudia, a Emenda nº 07. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 029/21.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidente Idenir Cecchim, todos que nos acompanham. Eu esperei este momento para poder encaminhar esse tema tão debatido, e, como falou o colega que me antecedeu, a democracia permite as expressões com toda a liberdade da oposição, dos independentes, da base, mas, às vezes, a demagogia impera, infelizmente, os discursos.

Eu me senti contemplado, várias vezes, por vários discursos, quando foi feito o resgate da verdade, do ponto de vista de quem foi autor de uma ação judicial para a extinção do IMESF. Importante que seja dito isso. Mas tem algo que não foi dito na tarde de hoje. Não foi dito que a justiça deu razão à tese dos sindicatos. Então, na verdade eu poderia aqui dizer que o causador da demissão é o Supremo Tribunal? Eu poderia dizer aqui que o causador das demissões são os prefeitos que defenderam o IMESF até este momento, que entraram com recursos ao máximo, na última instância, junto com a Câmara de Vereadores, para manter o IMESF? Eu poderia dizer que eles são os culpados? Não!

Eu gostaria que os sindicatos, quando venceram com a sua tese de que a formação do Instituto, como foi feita, estava equivocada para o atendimento básico da saúde. Eu queria que esses sindicatos subissem na tribuna e comemorassem essa vitória, porque é a vitória de uma tese que o Supremo deu ganho de causa. Mas, infelizmente, eu não vi esses sindicatos irem à tribuna comemorar, porque viram que geraram centenas de demissões. Então usar isso demagogicamente, e peço que os colegas, que não entendem o que eu estou falando, procurem o significado da palavra demagogia; fazer política com demagogia, distorcer as coisas, gerando inclusive a dor das outras

peças para se postar, como eu estou aqui, ao lado de vocês, contra os algozes que são, muitas vezes, criados através de factóides.

O Partido dos Trabalhadores é a favor da parceria da saúde no Brasil inteiro. Existem hospitais governados, em cidades governadas pelo PT, que as parcerias em saúde são benéficas à população. Eu visitei postos de saúde em que o índice de aprovação para o pobre é altíssimo na cidade de Porto Alegre, porque a pessoa que precisa do SUS, quer ser atendida. O resto é balela.

Eu respeito a defesa da carreira pública, eu respeito e compreendo, mas, mentir, mentir, mentir e mentir, eu não posso aceitar. Eu votarei a favor do projeto, e desculpe, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, concordo com o Ver. Cassiá, a coerência precisa ser mantida, não dá para a gente ficar fazendo puxadinho, porque daí a gente flerta com o populismo eleitoral. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 029/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Nós ouvimos, com muita razão, a tarde inteira, a importância dos agentes de saúde, a importância das pessoas que conhecem as comunidades, que conhecem os pacientes, que atendem o Programa Saúde da Família, escutamos isso a tarde inteira. Teve várias emendas nesse sentido, e nós, acreditando no projeto do governo, rejeitamos todas essas emendas.

Eu não acho, por justo, nós achamos que tem oito pessoas, vereador, na saúde, que vão resolver o problema. Tem oito pessoas na saúde que são os capazes, não os agentes, não as pessoas que estão lá na ponta. Não, são essas oito pessoas, sendo que nós temos em várias secretarias, como a própria Secretaria Municipal da Saúde, gestores capazes. Nós temos, em várias secretarias no governo, só oito pessoas que são capazes de cuidar da parte burocrática? Se nós não achamos essenciais os agentes que estão lá na frente, achamos que o governo pede para nós, e nós estamos dando para o governo um projeto que o governo fez para atender a essa demanda da população, não serão essas oito pessoas que vão resolver esse problema que é necessário para cidade de Porto Alegre.

Então nós vamos encaminhar aqui contrários a essa emenda que diz que oito pessoas irão salvar e resolver o problema da saúde de Porto Alegre. Nós vamos encaminhar aqui para votar contrário, manter a coerência que tivemos aqui até agora, do projeto ser um projeto do Executivo, e que nós, por acreditar nesse projeto do Executivo, não aceitamos outras emendas, não aceitamos emendas de outros membros desta Casa, independente de questões de partido, independente de questões de posições, mas mantermos a coerência no projeto criado pelo governo, projeto que o governo apresenta nesta Casa, que disse para a sua base que seria isso para manter o atendimento

à população de Porto Alegre. Portanto, nós encaminhamos para votar a favor do projeto e rejeitar a emenda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitado pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 08 votos **SIM**, 17 votos **NÃO** e 07 **ABSTEÇÕES**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 07 ao PLCE nº 029/21.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, a Emenda nº 12 ao PLCE nº 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 14 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA** a Emenda nº 12 ao PLCE nº 029/21.

Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, o PLCE nº 029/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 23 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO** o PLCE nº 029/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito que votemos o PLL nº 390/21 e o PLL nº 428/21, títulos de cidadãos, sem encaminhamento.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O prazo regimental foi esgotado, vereadora.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Amanhã, às 9h30min, convido os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras para, quem sabe, primeiramente, votarmos os títulos de cidadãos.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h28min.)

\* \* \* \* \*